



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 142

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES 2578

TAQUIGRAFIA

45ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 18 de Agosto de 2017

Presidência do Sr.
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente

Secretariado pelo Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado

(Às 16 horas e 05 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Anderson do Singeperon(PV), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Geraldo da Rondônia(PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Leo Moraes (PTB); Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Adelino Follador (DEM), Airtton Gurgacz (PDT), Ezequiel Júnior (PSDC), Lazinho da Fetagro(PT), Lebrão (PMDB), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Rosângela Donadon (PMDB) e Saulo Moreira (PDT).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Sob a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 45ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura.

Solicito a senhor Secretário que proceda da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Peço que seja dispensada a leitura da Ata Sessão Extraordinária anterior, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Está dispensada a Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Ato de Convocação.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Ato 26/17 P/ALE – RO. Convoca Sessão Extraordinária para às 12:00 horas do dia 18 de agosto de 2017.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições regimentais e, com fulcro no que dispõe o §§ 1º e 2º do artigo 111 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar Sessão Extraordinária para às 12:00 horas do dia 18 de agosto de 2017, para deliberação dos Projetos de Resolução que “Revoga a Resolução nº 337 e Projeto de Resolução 111/17.

Art. 2º: Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Presidência 17 de agosto de 2017.

Deputado Maurão de Carvalho
Presidente da ALE/RO.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da matéria a ser apreciada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - PROJETO DE RESOLUÇÃO 110/17 DA MESA DIRETORA. Revoga a Re-

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **EZEQUIEL JUNIOR**

1º Secretário: **EURIPEDES LEBRÃO**
2º Secretário: **ALEX REDANO**
3º Secretário: **DR. NEIDSON**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Departamento legislativo - **Huziel Trajano Diniz**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

solução 337, de 16 de agosto de 2017. Instituiu o Auxílio Alimentação Parlamentar.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aprovou e promulgou a seguinte redação:

Artigo 1º. - Fica revogada a Resolução 337 de, 16 de agosto de 2017 que "Instituiu o Auxílio Alimentação Parlamentar.

Artigo 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A matéria se encontra sem parecer, solicito ao Deputado Jesuíno, Relator, para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Sr. Presidente, Srs. Deputados Projeto de Resolução 110/17. Autor: Mesa Diretora. Ementa: Revoga a Resolução 337, de 16 de agosto de 2017. Instituiu o Auxílio Alimentação Parlamentar. O projeto encontra-se dentro dos seus regramentos jurídicos, regimentais e constitucionais, diante do exposto, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários de manifestem. Aprovado parecer.

Em discussão única e votação o Projeto de Resolução 110/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários de manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI D (Secretário ad hoc) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 111/17. Reduz o percentual de 20% do montante disposto no Artigo 1º da Resolução 262, de 26 de março de 2014. Fica reduzido o percentual de 20% do valor do dispositivo do artigo 1º da Resolução 262, de 26 de março de 2014, que institui e disciplina a utilização da cota mensal para ressarcimento de despesas relacionadas com a atividade parlamentar, e dá outras providências.

Artigo 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto se encontra sem parecer, solicito ao Deputado Léo Moraes para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Sr. Presidente enquanto o nobre Deputado vai dá o parecer, a gente tem que frisar que hoje ficou também revogada a questão do ressarcimento de alimentação para todos os Deputados, ninguém falou, então a gente precisa registrar por que com a revogação da Resolução que agora fora aprovada, hoje não existe mais a disponibilidade de ressarcimento com verba de alimentação.

O SR. LÉO MORAES – Além da..., já projeto relatado pelo Deputado, projeto oriundo da Mesa Diretora que acaba com todo e qualquer tipo de vantagem, benefício da alimentação, temos aqui Projeto de Resolução 111 que reduz o percentual de 20% do montante disposto no artigo 1º da Resolução nº 262, de 26 de março de 2014, e pelas Comissões pertinentes nós somos favoráveis ao referido projeto, Sr. Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Léo Moraes. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em discussão única e votação o Projeto de Resolução 111/2017. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Para discutir, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Para discutir o projeto Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Quero cumprimentar o Presidente, cumprimentar todos os Deputados, cumprimentar também os nossos servidores, cumprimentar a população, cumprimentar a imprensa. Primeiro, Presidente, queria aqui parabenizar a Assembleia por nós estarmos aqui revogando uma Resolução que nós aprovamos aqui na terça-feira, onde a população entendeu que não era hora dos Deputados terem, da forma que foi colocado o auxílio-alimentação e a Assembleia atendendo, é lógico, que a gente tem que reconhecer, eu acho louvável nós reconhecermos, Presidente Maurão, porque nós políticos temos que fazer o que a população pede e a população pediu que a Assembleia..., que não aceitava esse tipo de ticket e nós revogamos, não tem mais esse ticket de seis mil, parabenizar a nossa Assembleia por isso, e mais ainda, Presidente Maurão, está sendo também reduzido, porque muitas vezes as pessoas questionam as coisas e é muito bom, o que é que eu estou falando aqui, Líder Laerte, Deputado Léo, todos os nossos companheiros Deputados aqui, Deputado Jesuíno, Deputado Jean, porque é que eu estou falando aqui, que a gente na hora de votar da forma que é votado muitas vezes as pessoas não sabem bem: "Ah! Mudou o artigo não sei o quê, de resolução tal". É bom a gente deixar claro aqui: primeiro todos os Deputados estaduais, todas as 27 Assembleias do Brasil, dos Estados e do Distrito Federal e o Congresso Nacional e muitas Câmaras de Vereadores de Capitais e de cidades médias e grandes, têm verbas indenizatórias, para que é que existe a verba indenizatória? Para o parlamentar desenvolver o trabalho na sua cidade e no seu Estado, e tem um limite, no caso o limite anterior que os Deputados tinham, poderia gastar até 32 mil reais, isso dentro dos itens que está dentro da Resolução e hoje aqui nós estamos reduzindo, está sendo aprovado agora na Casa reduzindo para 26 mil, e 26 mil não quer dizer que o Deputado aqui tem que gastar os 26 mil por mês, todo mês, ele vai gastar até 26 mil do que está determinado, no que está sendo estipulado na Resolução no sentido de melhorar em todos os sentidos, com comida, com advogado, enfim, para melhorar; e já com alimentação, de jeito nenhum, não se pode, o Deputado vai querer almoçar ou jantar agora, ou lanche, ele vai ter que lanche, vai ter que almoçar, ou jantar, enfim vai ter que se alimentar do próprio bolso, por isso que é bom que deixe para a população aqui que isso é legal, é legal. Eu acho que 26 mil reais, até 26 mil reais que o Deputado pode para poder melhorar o assessoramento e melhorar o mandato no Estado, até porque todos os Estados da Federação tem, o Congresso Nacional tem, enfim, por isso para evitar muita discussão e de muita conversa fiada, Deputado Só na Bença, Deputado Anderson, é importante que fique claro aqui que averba indenizatória do Deputado a partir desta resolução é de 26 mil reais, até 26 mil reais como já falei antes dentro do que determina e que especifica a Resolução, por isso eu quero parabenizar a população de Rondônia.

Nós os políticos, o que eu mais defendo no nosso País, no nosso Estado e na nossa política é que a população realmente cobre, exija dos seus representantes e que também na época da eleição, porque nós temos que trabalhar para reduzir os gastos de campanha porque no dia que os políticos gastarem menos para virem para o parlamento, ou para a prefeitura, ou para o Congresso Nacional, para a Câmara de Vereadores, com certeza pode ser revisto muitas coisas, pode diminuir os gastos do político, por isso a nossa Assembleia está de parabéns, nós não estamos aqui envergonhando o Estado em voltar atrás e rever uma questão, um ato que nós fizemos que a população não apoiou, e, não aprovou, por isso parabéns Presidente Maurão, parabéns todos os Deputados aqui por este ato de grandeza em reconhecer que realmente nós pisamos na bola e estamos aqui revogando, além de acabar com os 6 mil que tinha sido criando também diminuindo também a verba de antes. Obrigado a todos e um bom dia.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, questão de ordem. A gente também tem que rever o seguinte, que hoje eu estou vendo a imprensa, palmas para a imprensa dando realmente essa amplitude de divulgação, imprensa essa que às vezes não divulga as nossas ações que são diversas da forma que está sendo divulgado. No intuito de fazer uma redução, que seria reduzido, como Vossa Excelência está fazendo um estudo, reduzindo, para esta economia retornar de forma direta para a sociedade, que não é a primeira vez, Deputado Hermínio, que esta Casa entrega, retorna recurso público para diretamente atender a sociedade. Eu digo que nós temos que avaliar também o valor que é pago para a mídia, que é em torno de 17, são 13 milhões. É isso que nós temos que analisar também. Nós temos que analisar outros cortes, Deputados. Por quê? O senhor sabe quanto custa um desembargador em média para o público, ou seja, para a sociedade? Já fizeram esses cálculos? A gente tem que começar a avaliar, porque, infelizmente, esta Casa é um Poder Legislativo que a sociedade analisa que o problema está aqui. E não está aqui. Economia tem que ser feita em todos os locais, mas, este exemplo deve ser seguido por todos, deve ser seguido por todos. Deputado visita 52 municípios, Deputado atende todos os dias pessoas aqui, Deputado tira do próprio bolso para ajudar uma pessoa que está precisando de medicamento e outras coisas. Agora eu faço um desafio: se outros fazem isso; nós temos que também refletir nisso, Deputados. Nós temos que fazer uma avaliação, Deputado Hermínio, de forma direta. Foi muito boa essa ação. Eu realmente acompanhei, o Deputado Jesuíno que sempre foi atuante como os demais Deputados, diversas proposituras, diversos projetos que realmente atenderam de forma direta o cidadão em uma medida, que iria sim, poderia até chegar em seis mil o auxílio-alimentação, que pode ser um absurdo para muitos. Mas eu quero ver se a gente quando viaja leva segurança, leva assessores que sai do nosso próprio bolso. Mas isso por mim, independente, eu não estou aqui para debater, mas já que o senhor tocou neste ponto, todo esse recurso, Presidente, e aqui eu quero parabenizar Vossa Excelência, parabenizar; o senhor conseguiu que todos tivessem a consciência que ao final todos deliberaram, o recurso será destinado de forma direta para atender a sociedade. Mas, aqui se chegar um projeto, chegar projeto aqui, que a gente tem também que começar a chamar a imprensa. Eu vou fazer questão, qualquer projeto que vier aumento de despesa; porque este auxílio que foi criado para nós tem em todos os órgãos. Todos, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Câmara de Vereadores, inclusive, tem vereadores,

que hoje são ex-vereadores, que aprovaram também. Então a gente fica vendo esse sensacionalismo em cima de uma discussão dessas. Mas eu parabenizo e, digo mais, Presidente, sou Deputado de primeiro mandato, mas, eu não tenho medo, eu não tenho medo não de rede social, eu não tenho medo de WhatsApp. Porque o que eu faço aqui, tenha certeza, não é ilícito, não, o que a gente faz, o que nós fazemos. Agora qualquer coisa: vamos atacar os Parlamentares. Vamos ver, vou fazer um desafio, vá lá para frente Tribunal de Justiça, vá lá para frente agora do Ministério Público, vá lá ver quantos auxílios têm, mas, é direito deles, tem orçamento como nós temos, também. Agora vamos avaliar, é o momento de hostilidades, ou seja, de contenção de gastos. Mas, nesta tarde, voto com a maior tranquilidade a questão da extinção de não ter mais alimentação, tranquilo; que fique aqui aos servidores todos desta Casa, irão receber o auxílio-alimentação, Deputados, e nós não teremos mais auxílio-alimentação. Mas, espero também que aqui fique a minha mensagem, que isso vai ter que se analisar tudo. A partir de hoje nós temos que fazer uma análise; porque a política não é o problema do Brasil, tem outras questões que devem ser analisadas, e nós iremos analisar. Boa tarde a todos, Presidente. Terminei.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, eu só gostaria também, Presidente, eu acho que não só o Presidente quanto todos os Deputados, neste momento que a imprensa, a população questionando por esses seis mil reais que foi criado com a verba de alimentação. Mas, eu acho, Presidente, que poderia até ser menos, mas, eu acho que é muito injusto que a Assembleia Legislativa, que os Deputados tenham auxílio-alimentação, porque o Deputado sempre viaja daqui para o interior, você tem trabalho. Eu por exemplo, eu viajo 10.000 quilômetros todo mês. Eu não tenho uma base fixa no município, a minha base é nos 52 municípios, eu tenho que me virar nos trinta e trabalhar, porque senão eu não consigo ver tudo. Eu estou no meu quinto mandato: dois de Prefeito e três de deputado. Eu acho que o Parlamentar precisa realmente ter a verba de alimentação, precisa ter realmente condições de cobrir os gastos para deslocamento, que o Deputado vai a trabalho. O Deputado aqui, o papel dele é legislar, votar, criar as leis, mas ele lá no município, ele tem que visitar a base, ele tem que fiscalizar, ele tem que fazer o trabalho, cumprir o papel dele também de fiscal, porque ele foi eleito. Então eu acho mais do que justo, todos os Poderes têm a verba e muito mais justo, é o Poder Legislativo, os Parlamentares que têm, inclusive, autarquias também têm auxílio-alimentação. Eu nunca venho do meu município, do interior às vezes sozinho na minha camionete, eu sempre trago pessoas de lá, até prestando um trabalho social, trazendo pessoas que precisam vir para a Capital, para tratar até de assunto de tratamento de saúde, aí eu tenho a despesa que cobre a minha alimentação, até porque eu tenho que ter, o dinheirinho que eu tenho no bolso, às vezes eu tenho que pagar o almoço da pessoa que vem para cá, para a Capital, sem nenhum real no bolso. Então, eu acho muito justo, mas nesse momento eu quero reconhecer, engrandecer a atitude de todos os Deputados que chegaram ali no fundo com o Presidente e abriram mão desse recurso, dessa verba de alimentação, para que pudesse nesse momento atender pedido da sociedade e da imprensa que também fez esse pedido.

Agora acho justo que o auxílio-alimentação, todas, ou quase todas as Assembleias têm, os poderes, autarquias, só a Assembleia de Rondônia que não vai ter auxílio-alimentação. Agora eu não concordo é de ceder à pressão, não ter nada, é melhor ter o auxílio-alimentação legal do que... Hoje nós vemos lá em Brasília a vergonha que se encontra, porque às vezes, não tem o financiamento de campanha, mas, tem-se o jeito de fazer campanha e aí infelizmente tanta roubalheira, isso é o que não justifica; isso não pode acontecer. Eu acho que aqui nesta Casa não é isso que nós queremos, nós queremos trabalhar dentro da legalidade, acho que nós temos que discutir isso melhor, Presidente, eu acho que os Deputados precisam ter condições de trabalhar e desenvolver as suas funções. Eu acho justo que se discuta um valor, que o Deputado tenha o auxílio-alimentação, que não sejam seis mil reais, mas que seja aquilo que possa cobrir a despesa parlamentar que esteja em trabalho. Concordo com o Deputado Jesuíno, eu acho que temos que rever muitas coisas, nós temos muitos gastos que podemos enxugar, agora que auxílio-alimentação é um auxílio justo, que os Deputados estão abrindo mão dele, só a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia que não vai ter o auxílio-alimentação. São essas minhas palavras, senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO – Senhor, Presidente. Eu gostaria senhor Presidente de parabenizar o Senhor, Maurão, como Presidente da Casa e todos os parlamentares da Casa por esse exemplo, esse ato e, por ouvir o clamor das ruas. Nesse momento estamos extinguindo esse auxílio-alimentação e cortando 100% das verbas de alimentação da cota e diminuindo um valor de seis mil e quatrocentos por mês de cada Deputado e este valor será reinvestido em prol da população, e nós estamos dando exemplo e rogamos também que as demais autarquias e instituições façam o mesmo. No Brasil inteiro, se cada Assembleia, se Câmara de Vereadores, se cada instituição, Ministério Público; Tribunal de Justiça; cortasse 100% do seu auxílio-alimentação daria um montante muito grande. Então parabéns a todos os Deputados, entrarmos neste consenso e fazer diferente, cortarmos 100% o auxílio-alimentação, parabéns, Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu acho o seguinte, inclusive, estou vendo que isso aí, porque a fala de Vossa Excelência foi extinguir de forma definitiva, mas, aqui eu quero dizer novamente, a gente trabalha, eu trabalho. Igual ontem eu quero dizer para todos, tinha um projeto tramitando aqui, após as nossas discussões que foi aprovado o nosso requerimento, ou seja, de pedido de reunião, o projeto que ia aumentar noventa e seis para cada contribuinte, foi suspenso. Então, a gente traz esse resultado constantemente para a sociedade. Eu peço, Excelência, a proposta do Deputado Edson, que a gente fique pelo menos com o mínimo. Eu acho que mil e seiscentos reais de auxílio-alimentação é um valor razoável ou...

O SR. LÉO MORAES – Já foi aprovado Excelência, já foi aprovado.

O SR. EDSON MARTINS – Eu proponho que a gente discuta isso depois, Deputado, eu só quis dizer que eu acho que é um direito justo, mas a gente discute isso numa outra oportunidade.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Léo, só para ficar bem justificado e a imprensa está aqui e

depois à gente vai falar, mas que as pessoas possam entender. Nós extinguimos, não existe mais os seis mil que poderia ser gasto com auxílio-alimentação, poderiam ser gastos até seis mil; porque como estava antes ressarcia os seis mil, com nota, com despesa com Deputado e a maioria dos Deputados não gastavam esses seis mil; Deputados ali, alguns hoje estiveram mostrando, gastando novecentos reais; o Deputado Aécio, por exemplo, não gasta nem um real; tem Deputado aqui que não gasta nada; o Deputado Léo, alguns Deputados, eu, por exemplo, nunca gastei a metade dos seis mil reais com gasto de alimentação, era até seis mil reais, aí o que nós fizemos? A proposta extinguiu, acabaram os seis mil reais e aí reduzimos na verba geral mais 20%, que dá mais seis mil e quatrocentos. Então, está reduzindo na verba indenizatória, doze mil e quatrocentos reais. Como foi dito aqui pelo Deputado Jesuíno, Deputado Edson, Deputados, eu quero aqui, desde já, agradecer todos os Deputados que entenderam a nossa proposta de reduzirmos a verba indenizatória, eu quero agradecer a todos. Nós estamos aqui em 15 Deputados, não foi possível, todos, porque a maioria já estava para o interior, mas, muito bem explicado pelo Deputado Jesuíno, a maioria das instituições, todas, para não dizer a grande, não, todas as instituições têm os auxílios, e elas não são questionadas. Hoje, o Judiciário tem, o Ministério Público tem, o Tribunal de Contas tem, as autarquias têm, os nossos servidores aqui têm o auxílio-alimentação e os Deputados tinham, hoje foi extinguido até seis mil reais foi extinguido. E nós reduzimos no geral da nossa verba indenizatória, que são vários itens que são permitidos, autorizados nessa verba para serem gastos, como que se fala, verba indenizatória que faz parte do nosso gabinete, ela foi reduzida 20%, mais seis mil e quatrocentos reais. Então reduzimos aqui, Deputado Ribamar, só hoje, doze mil e quatrocentos reais da nossa verba indenizatória. Que nós, se fôssemos considerar a nossa verba indenizatória com o Congresso, que seria um direito da Casa, de 75%, seriam sessenta e nove mil reais; a nossa trinta e dois mil, voltou hoje para vinte e seis mil reais, que é custo que hoje a Casa tem de verba indenizatória com os Deputados. Então, Deputado Cleiton Roque; já vou passar a Vossa Excelência para que possa falar sobre o Projeto. Mas eu quero aqui agradecer, que neste momento de dificuldade que passa o País, neste momento de dificuldade que, queira ou não queira, o Estado de Rondônia ainda está equilibrado com suas receitas, mas passamos por crises, não temos como fugir disso. E a grande maioria desta Casa, Deputado Ribamar, entendendo isso e o clamor da população, as pessoas nos cobrando e nos reivindicando, nós, neste momento, retornamos a esta Casa e hoje aprovamos o projeto cortando na sua própria carne, aqui nós estamos cortando na própria carne, eu sei que não é fácil; eu sei o quanto custa para se manter um mandato de Deputado. Deputados, nós temos os nossos salários para nós sobrevivermos, mas, a verba que nós temos hoje, que auxilia, é para auxiliar-nos no nosso mandato. E hoje nós estamos tirando desse auxílio do nosso mandato, cortando na própria carne, reduzindo 20% da nossa verba e eliminando mais 6% da verba de alimentação do parlamentar. 100%, o compromisso que fizemos, hoje, por esta Casa, todos os Deputados que esta Casa, nesta legislatura nossa aqui, nós estamos assumindo o compromisso, não vamos criar mais nenhuma despesa que venha alterar o gasto desta Casa. Obrigado, Deputados, por entenderem, por estarem hoje nesta convocação, votando esse projeto que as pessoas não entenderam. Na verdade, quando nós votamos um, revogamos o outro, mas, o entendimento foi negativo e nós devemos à sociedade a satisfação, porque eles que nos colo-

caram aqui. Porque não foi só o adversário que alimentou os sites, que alimentou os faces, mas, assim, os eleitores que são honrados, que nos defendem, que nos cobraram a satisfação. Por isso, nós votamos nesta Casa para dar satisfação a você, que nós estamos aqui cortando na própria carne, entendendo que vocês merecem o nosso respeito.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, só dizer que, mas, muito rápido, muito breve, só dizer que não existe maldade nenhuma e não é, não podemos olhar com nenhum sentimento negativo, você reconhecer que errou. E aqui eu quero dizer que nós Deputados Estaduais vamos reconhecer que nós erramos. Erramos na questão do auxílio, foi passado, além, por uma proposta de Vossa Excelência, como Presidente desta Casa, a gente já aproveitar a situação e fazer uma discussão da possibilidade de redução da verba geral. E esta Casa, naturalmente no diálogo, no entendimento, chegou ao consenso de que o momento que a resposta que a sociedade espera é essa. Demonstra que não está de costa virada para a sociedade. Pelo contrário, está de frente, encarando com responsabilidade. Sabemos que temos falhas, e vamos trabalhar para melhorar a cada dia. Mas eu quero aqui, para finalizar, parabenizar Vossa Excelência, Deputado Maurão, que tem conduzido esta Casa, nós estamos chegamos à metade do terceiro ano, Vossa Excelência sempre tem, as decisões que vai tomar, Vossa Excelência reúne numa sala, Vossa Excelência dialoga, Vossa Excelência discute, e hoje, depois de um dia difícil que todos nós tivemos e com razão, não temos que aqui olhar para lado, tentar buscarmos retaliações, pelo contrário, nós vivemos num País democrático, somos homens públicos e temos que saber conviver em com elogios, com críticas, é fato, hoje o País avança, a democracia está aí, hoje, cada cidadão tem uma arma na mão que é o celular, a internet, e a cada dia que vai aumentado esse investimento em tecnologia, vai propiciando o acesso à informação vai acontecendo isso e nós temos que sempre buscar o quê? O aprimoramento. O aprimoramento das instituições, o aprimoramento dos homens públicos brasileiros, da nação brasileira que deseja e anseia. Eu tenho certeza, foi uma atitude correta que esta Casa está tomando hoje, mas, eu quero aqui, todos os Deputados, pela decisão, pela postura, pela abertura que teve todas as pessoas aqui têm a sua linha de ação, eu particularmente sei onde piso, qual é a linha de defesa que nós fazemos a população do nosso Estado, estou muito tranquilo por essa decisão, mas, parabenizo Presidente, à Mesa Diretora e Vossa Excelência, pois, de maneira muito lúcida, muito tranquila, conduzir toda essa discussão e chegarmos a uma definição que é importante, vai gerar uma economia significativa para esta Casa que Vossa Excelência vai discutir de maneira como sempre faz com todos os Deputados, onde vai aplicar isso aí, com certeza, será revertido ao Executivo e atingir objetivo na área da Saúde, na Educação que a população que está lá fora que está nos vendo cobra essa postura da nossa parte. Obrigado Sr. Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Cleiton. Deputado Léo, ainda quer discutir?

O SR. LÉO MORAES – Sr. Presidente, rapidamente, parabenizar todos os Deputados Estaduais por estarem antenados de acordo com a realidade da população, de forma muito breve, nós no Legislativo, aos agentes políticos, investidos dos votos, é muito importante que tenhamos a coerência de entender com o acesso da informação como o clamor da população tem chegado como mecanismo de prevenção a regimes totalitá-

os, a utilização do poder de forma indevida, hoje, em sites de grande repercussão em nível nacional está lá falando que a Ministra Carmem Lúcia requereu o salário, que sejam informados publicamente os salários de todos os Juizes de todos os Estados do nosso País, e eu entendo que nós temos também a obrigação de sermos percussores, estar na vanguarda, de estarmos além de onde quebra a onda do mar, e esse, de alguma maneira tivemos que aprender, retroceder um lance para subir toda escada e eu queria de público parabenizar; parabenizar o Deputado Maurão de Carvalho, todos os nossos colegas que de bom tom e bom entendimento chegaram a esse consenso que não somente, não somente o auxílio-alimentação foi retirado como também todo e qualquer benefício de alimentação de verba indenizatória e que, além disso, ainda tivemos 20% da retirada da verba indenizatória no câmpulo geral. Isso foi significativo e que eu não vejo Casa Legislativa Estadual nesse mesmo avanço que nós tivemos aqui na Assembleia e também o reconhecimento de chegar numa Sessão Extraordinária e fazer de ato contínuo. Então, parabéns ao Presidente Maurão, parabéns a todos os Deputados que avançaram e de alguma maneira torna histórico o dia de hoje, de forma breve, geral, e também deixar esse recado a toda população do Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Léo. Deputado Aécio, com a palavra.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, boa tarde a todos! Eu quero parabenizar neste momento a Assembleia Legislativa por ter tomado esta atitude, é bom a gente estar no meio em que os nobres Pares conseguem entender que a política mudou, que a população hoje está muito mais atenta, que a população está muito mais ativa, as redes sociais fazem com que todo mundo tenham informações ao mesmo tempo, nós vivemos o novo tempo e o meio político tem que entender isso, porque é o momento de renovação, é o momento que você tem que trabalhar com austeridade, com economia de verbas, com o que está fazendo aqui hoje, eu fico feliz por ser um dos percussores de trabalhar com essa bandeira de economias de verbas, eu acho isso extremamente importante, as economias que faça para o Hospital do Câncer, eu acho isso super legal, essa ideia de fazer economia dessa verba, economizando 20% das verbas indenizatórias, eu já economizo mais de 80% delas, e eu acho importante essa atitude e a Casa fazer com que essa economia chegue lá no consumidor, essa economia não seja consumida aqui dentro, que essa economia possa dar um resultado prático para a sociedade. Então, eu acho que todos os Poderes têm que estarem antenados, não só o Poder Legislativo, mas, o Poder Judiciário, o Ministério Público, todos os Poderes, nós vivemos outra realidade, tem que cortar na carne, tem que diminuir os custos dos Poderes para que possa sobrar verdadeiramente para o dono do dinheiro que é o contribuinte, que é o cidadão quando vai lá comprar o leite, o açúcar, ele deixa lá no seu imposto. Então, parabéns a todos os Deputados por estarem unânimes nesse momento, tomando essa atitude nobre, reconhecendo o erro e não só consertando o que fizeram, mas, fazendo mais, isso que é bacana, não só retirando aquilo que foi criado, mas, cortando, cortando 20% e eu acho que essa é uma tendência que vai acontecer em todos os poderes e em todos os parlamentos. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Aécio. Verdade, nós temos aqui a grande parte dos

Deputados que têm economizado da sua verba, e eu tenho feito isso, e os Deputados estornam e levam em benefícios para as pessoas, nós tivemos alguns recursos que foram para o Hospital de Barretos, nós tivemos alguns recursos que foram para outras entidades que foram as economias que é de direito de cada Parlamentar. Deputado Aécio, Deputado Léo, Deputado Marcelino, nós temos vários Deputados; o Deputado Hermínio já estava me cobrando: eu quero a minha sobra da minha verba indenizatória. Também Deputado para que a gente possa destiná-la como sobra e na forma de emenda e de benefício. A minha verba indenizatória também tem sobrado; o Deputado Jean, agorinha pouco estava falando, eu estou economizando a minha verba para no final do ano sobrar para que eu possa destinar esse recurso; e essa proposta, eu coloquei desde o início do ano passado, Deputado Hermínio, que o Deputado que economizar da sua verba, porque tem Deputado que gasta mais, eu vou dá um exemplo, o Deputado Aécio, é da Capital, ele me falava agora pouco, que ele viajava poucos quilômetros, porque ele faz uma política um pouco diferenciada, ele tem uma mídia na mão, cada um aqui tem um estilo de fazer política e outros já andam mais, ele tem um gasto mais da sua verba, outros andam menos, outros moram mais longe. Mas, eu quero aqui desde já agradecer a todos por esse entendimento, nesse momento oportuno de nós reduzirmos, cortar na nossa própria carne 20% da verba indenizatória, além, dos seis mil reais que era o auxílio que hoje significa doze mil e quinhentos reais. Então, se você somar vezes vinte e quatro, é uma grande economia feita nesta Casa. Obrigado aos Deputados e vamos dar seguimento ao Projeto.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Presidente, eu quero parabenizar Vossa Excelência, permita-me.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Concedido Deputado Geraldo.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA - Muito obrigado. Quero cumprimentar minha filha Amanda, toda a assessoria, o John, que está na plateia. Presidente, eu quero parabenizá-lo pela sua atitude de humildade, determinação; eu fiquei sabendo, que estava viajando em agenda no interior de Rondônia, de imediato retornou à Assembleia Legislativa convocando-nos para esta reunião e esta votação extraordinária. Mas, agora eu classifico esta questão toda, Deputado Léo, como um mal-entendido, eu vejo, nós conversamos ali mais de duas horas, uma coisa é você divulgar uma questão que o povo entende e outra usar outro palavreado. Então, não vejo assim, agora mesmo eu estava lendo aqui, Presidente, através de um site, Deputado Laerte, o camarada colocou assim: “o povo venceu, a Assembleia volta de novo a receber os nove mil reais e passa receber os seis”. Mas que notícia é essa? Então, de qualquer forma o povo está de parabéns, A Assembleia Legislativa, todos os Deputados, e que nós possamos ser mais transparentes com o povo, muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente Maurão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado. Deputado Edson, o senhor ainda queria falar?

O SR. EDSON MARTINS – Só uma questão de ordem. Eu só queria dizer que eu acho que isso que está acontecendo hoje é inédito, a única Assembleia Legislativa que não tem auxílio-alimentação. Eu acho que isso é muito bom, que isso seja di-

vulgado, porque eu acho que é um fato inédito, é a única Assembleia Legislativa.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente; vamos consumir a votação, depois a gente faz discurso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão. Em votação o Projeto de Resolução 111/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – Presidente, não há matéria a ser deliberada Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Tem alguns Deputados que já estão a viajar, obrigado Deputado Laerte, que se deslocou lá de Ji-Paraná, Deputado Cleiton Roque, Deputado Só Na Bença, obrigado Deputados por estarem presentes. Encerrada a ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar a Sessão, convoco a Sessão Ordinária para o dia 23 de agosto no horário regimental, às 09h00min horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 16 horas e 48 minutos).

27ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A SEGURANÇA NAS ESCOLAS E EDUCAÇÃO PRISIONAL

Em 21 de Agosto de 2017

Presidência do Sr.

ANDERSON DO SINGEPERON - Deputado

(ÀS 09 horas e 27 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhores e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo Requerimento do Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Anderson do Singeperon, realiza Audiência Pública objetivando debater sobre a segurança nas Escolas e Educação Prisional.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Sr. Deputado Anderson do Singeperon, proponente desta Audiência Pública. A Excelentíssima senhora Sirlene Bastos, Secretária Adjunta da Secretaria de Segurança – SEJUS. Dr. Francisco Aguiar, Procurador do Estado. Major PM Padilha, Gerente de Logística, representando a Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania. E também a senhora Ângela Aguiar, Chefe do Núcleo de Jovens e Adultos, representando a SEDUC. E o Sr. Conselheiro Sidney Pereira dos Santos, representando o Conselho Estadual de Educação do Estado de Rondônia.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Bom dia a todos. Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública objetivando debater sobre a segurança nas Escolas e Educação Prisional.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de cerimônias) – Pedimos a todos para de pé ouvirmos o Hino Céus de Rondônia.

Letra de Joaquim Araújo Lima, e música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia).

Podem sentar, muito obrigado. Antes das palavras iniciais de Sua Excelência o Deputado Anderson do Singeperon, convidamos o Dr. Gilberto Leite Campelo, Defensor Público para também compor a Mesa. E registramos aqui a presença do Dr. Cleber Jair Amaral, advogado, representando a OAB, que declinou de compor a Mesa tendo em vista compromissos dentro de instantes, muito obrigado pela visita do Dr. Cleber Jair Amaral que representa a Ordem dos Advogados do Brasil. Sr. Osmair Oliveira, assessor técnico representando a Secretaria Municipal de Educação, SEMED; Mirlen Grazielle, Gerente de Lotação da Secretaria da Educação do Estado de Rondônia; Sr. Sebastião Leitão, representando o Conselho Estadual da Escola Carmela Dutra, que já está, inclusive, inscrito para fazer uso da palavra; professor Roberval Leal, representando a Escola Estadual São Luiz, e as professoras em nome da senhora Benilce, professora, agradecer a presença das demais. E as senhoras e senhores irão participar desta Audiência Pública, lembrando que a partir desse momento, toda dinâmica, metodologia, o trabalho desta Audiência Pública será de Sua Excelência o Deputado Anderson do Singeperon.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Mais uma vez um bom dia a todos, cumprimentar aqui todos os presentes nessa Audiência, Secretária Adjunta da Secretaria de Justiça, Sirlene Bastos; Francisco Aguiar, Procurador do Estado; o Major PM Padilha, representando aqui a Secretaria de Segurança e Cidadania; a senhora Ângela Aguiar, Chefe do Núcleo de Jovens e Adultos, representando a SEDUC e o meu professor ali, Sidney está compondo aqui a Mesa aqui com a gente, foi meu professor na faculdade, Sidney Pereira, representando o Conselho Estadual de Educação do Estado de Rondônia; Dr. Gilberto, defensor Público, representando a Defensoria e o representante da OAB, que está aqui também na Casa. Em visita em algumas Unidades escolares do Estado, a gente pode detectar tanto da parte do corpo docente das escolas, como também dos alunos uma necessidade muito grande da presença de segurança, que a segurança que a gente sabe que é a segurança patrimonial. Nós sabemos que por uma decisão de gestão o Governo do Estado, ele retirou a empresa que prestava esse serviço para as escolas, e aí colocou monitoramento, conhecido monitoramento para fazer essa segurança que seria usando tecnologia. Mas, nas minhas visitas nessas escolas, eu detectei que esse monitoramento depois que os representantes da Secretaria de Segurança vão falar, e da própria SEDUC, não está resolvendo a questão dos furtos da escola, está sendo saqueada inclusive a merenda escolar, que chega às escolas, chega num dia quase no mesmo dia é saqueada, are condicionados, computadores então são diversas situações que ocorrem dentro das escolas, depois que retirou essa segurança patrimonial que vem ocorrendo e trazendo prejuízos. Certa vez, eu conversando com o Prefeito Hildon, de Porto Velho, a respeito do assunto, ele tinha a ideia também de tirar a segurança por questão de gestão, de economia, eu aconselhei que não na época, a gente numa conversa informal, eu aconselhei que não, por que, o que ele me informou, o valor é muito alto para o Município no caso, eu acredito que o Governador pensou dessa forma e que muitas vezes é até mais barato pagar o que foi furtado do que contratar a vigilância patrimonial. Em relação à economia sim,

agora em relação a essa questão de ressarcir o que foi saqueado ou que foi furtado é aí que está a questão, porque nas escolas que eu visitei do Estado e foi o que eu falei também para o prefeito no dia que a gente discutiu a questão, nenhuma delas foi ressarcido o bem que foi furtado. Então acaba que, se foi esse o argumento de economia para se acabar com a segurança patrimonial no Estado, não resolveu, porque as escolas são saqueadas e esse objeto que foi saqueado não retorna; que seja o computador, seja uma mesa, seja um ar condicionado, e, o próprio alimento; então a situação muito difícil e os próprios professores solicitaram da gente trazer esse debate aqui em audiência pública. Lembrando que foram informadas às escolas, nós sabemos que pelo horário e trabalho, muitas coisas, muita gente tem até vontade de vir, mas tem dificuldade por conta do horário de trabalho que impossibilita de estar aqui. Nós vamos debater esse assunto e também outro assunto de grande relevância que poucos da sociedade conhecem ou tem conhecimento, que são as escolas que funcionam dentro das unidades prisionais do Estado. O que nós queremos mostrar com essa audiência, é que existem escolas dentro dos presídios que tem alfabetizado; que tem inclusive, dado rumos diferentes para alguns daqueles apenas que pagam a sua pena e existe índice, inclusive, de alguns que estão fazendo faculdades na nossa Universidade Federal trazendo um rumo diferente para a vida daquela pessoa, e mostrar também que existem ali professores e educadores que precisam ser lembrados em algumas situações, e a gente vai colocar, eles vão colocar, representantes deles toda essa questão das dificuldades, das necessidades, dos direitos deles que não são vistos muitas vezes e depois de não ser visto não é pago também, então nós vamos colocar isso em questão para mostrar para a sociedade que o Estado, e muitas vezes tem tentado fazer o trabalho da ressocialização através também da educação. Existe o trabalho de ressocialização através do trabalho religioso que é feito nas unidades e existe também a educação, existe também o trabalho, então existem formas de combater e tentar trazer de volta aquele indivíduo que por um motivo ou outro, às vezes também até por uma questão social está ali dentro do sistema prisional. Então, para começar e a gente abordar o assunto de segurança nas escolas, primeiramente quero convidar a Sra. Ângela Aguiar, ela é Chefe do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos e também de educação no sistema prisional. Então vamos iniciar com você, a gente pode tratar primeiramente a questão da educação prisional, pode ficar a vontade para usar a tribuna ou para falar daqui se achar necessário, onde a senhora achar melhor para expor.

A SRA. ÂNGELA AGUIAR – Bom dia. Eu quero cumprimentar aqui a Mesa em nome do Deputado Anderson e agradecer pela oportunidade de estar aqui, hoje eu venho aqui representando o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos que cuida também da Educação Prisional, um dos grandes desafios que a gente tem dentro do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos é a educação prisional, sou funcionária pública há 16 anos e há 02 anos eu estou na SEDUC e há 02 anos me vendo diante do desafio de trabalhar e de melhorar também a partir do trabalho que a gente tem com a equipe de educação de jovens e adultos, a oferta que a gente tem no sistema prisional. Então eu trago aqui algumas informações para a gente trabalhar. O Deputado perguntou agora há pouco se tinha alguém da educação prisional aqui, algum professor, eu acho que não temos, não é? Aqui em Porto Velho especificamente nós temos a Escola Madeira-Mamoré, é uma escola que cuida exclusivamente das unidades, das salas de aulas na educação que trata

especificamente da educação prisional, é a única escola do Estado que cuida só da educação prisional, nos demais municípios nós atuamos a partir dos nossos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos que cuidam e que fazem o acompanhamento; os professores fazem o atendimento nas unidades prisionais. Então nós atendemos, também, além de atendermos nos presídios nós atendemos também nas cadeias, em algumas cadeias também a gente faz o atendimento. E esse atendimento, ele acontece tanto com os cursos presenciais, que são do 1º ao 4º do Ensino Fundamental, de 5ª a 8ª e Ensino Médio o nosso atendimento é feito com curso Modular. Os nossos professores são orientados. Claro que a gente diz da questão da orientação, a partir do momento que o professor ingressa para fazer este atendimento é que ele recebe as orientações de como que ele faz o trabalho, e ele tem o acompanhamento, ou seja, da equipe dos Centros de Educação, ou da própria equipe da Escola Madeira-Mamoré, aqui no caso de Porto Velho. Em Porto Velho nós fazemos o atendimento educacional em oito unidades, incluindo o Presídio Federal, que aí é o Padre Moretti que é a unidade educacional que faz esse atendimento, que faz esse acompanhamento. E as outras sete unidades nós fazemos com a escola Madeira-Mamoré. Nós temos hoje um atendimento de mais de sete mil alunos em todo o Estado de Rondônia, e esse é um dado que é um dado que nós fazemos esse monitoramento juntamente com a equipe da SEJUS que é a equipe do INFOPEN, que traz esses dados para a gente. Claro que quando você olha o dado, ele é um dado que ele é alimentado diariamente e é um dado que flutua muito, ele não é um dado que vai de semestre a semestre o mesmo dado. Porque o quê acontece? Todos os dias, é possível, principalmente de 5ª a 8ª e Ensino Médio, dependendo das condições que nós tenhamos dentro de cada uma das unidades, é possível a gente fazer a inclusão de novos alunos. E, aí também, dependendo da situação destes alunos se ele já vem para o aberto ou para o semi-aberto, o atendimento é feito diretamente em cada uma das unidades que a gente tem fora do sistema prisional. Então são essas as informações que a gente tem; o nosso professor, os nossos professores, claro que muita coisa precisa ser melhorada. A gente fala, inclusive, da questão da infraestrutura. Da estrutura física, que a gente precisa ter uma estrutura física melhor, eu acho que já melhoramos muito, mas, a gente ainda precisa melhorar muito em termos de estrutura física, de entendimento do que é o espaço educacional dentro das unidades. As unidades, eu acredito que não só em Rondônia, mas, no Brasil inteiro, elas nunca foram pensadas para ter o atendimento educacional, oferta educacional. Então, nós temos feito essa organização juntamente com a equipe da SEJUS para que a gente tenha. Claro que em alguns espaços como, por exemplo, no Presídio Urso Panda, nós temos, e outras unidades prisionais, nós já temos o espaço reservado para o atendimento educacional. E outros, nós fazemos as adaptações para nós tenhamos essa oferta. E em alguns não é possível termos as salas de aula com atendimento diário. Com atendimento, seja ele, de segunda a quinta, de segunda a sexta, de segunda a quarta. Por conta de que é necessário ter um espaço apropriado não pensando somente no nosso aluno, mas, pensando também no nosso professor, no nosso profissional que vai está atuando diretamente com estes alunos nas unidades. E em alguns espaços que a gente não tem, algumas unidades que nós não temos esse espaço para acolher o aluno e o professor, nós fazemos apenas a oferta dos exames, que eles são agendados, os alunos são todos, é feito todo o mapeamento destes alunos, e a partir deste

agendamento é feita a aplicação dos provões. E, aí, o aluno, este aluno que eu estou falando para vocês deste atendimento aqui, ele é um aluno que nós atendemos internamente em cada uma das unidades. Então são 29 unidades em todo Estado, das 52 unidades que nós temos, 29 tem o atendimento educacional. Então, e aí nessas 52 unidades que a gente fala do sistema prisional está incluído também as cadeias, que é o espaço que nós temos pouco atendimento, ainda não temos muito atendimentos, porque algumas cadeias também ficam com o pessoal do regime fechado, o pessoal que já está sentenciado e nas outras a gente não consegue fazer este atendimento. Mas tem sido gradativamente feita essa ampliação do atendimento nas unidades prisionais. Para vocês terem uma ideia, no ano de 2012, o nosso atendimento era de 913 alunos, e, em 2017 nós fizemos a ampliação para mais de 1.573 alunos. Então a gente vem conseguindo e aí envidando vários esforços, inclusive, no ano de 2017 desde o mês de março, nós temos o atendimento também, além do atendimento com educação de jovens e adultos, nós temos o atendimento com a mediação tecnológica, que nós implantamos de forma piloto no presídio 470, aqui em Porto Velho, e, também no presídio de Machadinho. Então são as duas formas de oferta que a gente tem e com a mediação tecnológica a tendência é ampliarmos essa oferta para as nossas unidades prisionais, para que a gente consiga ter um número maior de alunos. Visto que cada vez mais que você aumenta este seu atendimento é necessário também você aumentar o seu quantitativo de profissionais que vão atuar diretamente com este aluno. Como de 5ª a 8ª e Ensino Médio há necessidade de nós termos um número maior de professores do que, por exemplo, do 1º ao 4º eu preciso de um professor dependendo da quantidade de turmas. De 5ª a 8ª e Ensino Médio eu preciso, no mínimo, de cinco professores para atuarem diretamente com este aluno. Bem, para iniciar nossa conversa, eu acho que algumas informações iniciais a gente já traz aqui, mas, a gente se coloca à disposição para os esclarecimentos e também para dar esse apoio. No atendimento, no Estado inteiro, nós temos 61 profissionais que atuam diretamente nas unidades. Claro que ainda está aquém daquilo que nós realmente podemos, mas, é o que a gente pode ofertar nesse momento, é o que é possível no momento. E há um grande esforço, tanto da equipe da SEJUS, que é quem colabora diretamente junto com a equipe Pedagógica da SEDUC, para identificar os alunos que têm condições de já fazer esse atendimento, fazem a triagem desses alunos para identificar os alunos que podem receber o atendimento educacional, seja via exames, seja através do curso Modular ou pelo curso Presencial, porque a gente tem alunos ainda que não concluíram o Ensino Fundamental I, que é de 1º ao 4º ano. E para este ano nós voltamos, tem 02 anos que a gente fez o atendimento com o Programa de Alfabetização e este ano nós voltamos com esse atendimento. Só em Porto Velho nós temos 345 alunos não alfabetizados, já em processo de escolarização, aqui nas unidades de Porto Velho.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Só uma pergunta, antes. Desses 7 mil alunos, são os que foram atendidos em 01 ano ou é uma quantidade...

A SRA. ÂNGELA AGUIAR – É o somatório, desculpa. É que eu não fiz a retificação. É o somatório desse atendimento. Neste ano de 2017...

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Em 01 ano?

A SRA. ÂNGELA AGUIAR – Não. Na verdade nós temos, assim, do comparativo que a gente tem, nós pegamos o histórico a partir de 2012. Então, em 2012, nós começamos com atendimento a 913. Isso eu estou falando exclusivamente do fechado, porque no aberto a gente não tem como ter esse controle, por que a gente já na faz, na ficha do aluno se ele é ex-detento. E nós fizemos, em 2013, um atendimento maior e agora no ano, exclusivo de 2017, neste primeiro semestre nós temos 1.573. Então, 7.796 é o somatório de 2012 a 2017.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Esses 1.500 é no Estado de Rondônia?

A SRA. ÂNGELA AGUIAR – É isso.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Mas, a SEDUC planeja aumentar esses números de atendimentos de alunos?

A SRA. ÂNGELA AGUIAR – Nós fazemos o mapeamento todo início de semestre e há uma orientação para os nossos Centros Educacionais de Educação de Jovens e Adultos, a partir dessas informações, para verificar junto a cada uma das unidades, a possibilidade de ampliarmos a oferta. O que muitas das vezes, além da falta de profissionais que nós temos, nossa equipe de RH está ali, acompanha de pertinho essa situação, que não é fácil para a gente ter o profissional para atuar lá nas unidades. Essa questão da ampliação, Deputado, tem algumas variáveis que contribuem ou para a ampliação ou para a não ampliação, que também é a questão dos espaços e da quantidade de alunos. Então assim, para nós atendermos esse número de 1.573, ele parece pequeno no universo de 12 mil apenados. No entanto, nós não podemos montar salas, turmas de 30 alunos para estudarem ao mesmo tempo. Na maioria das unidades, a gente não consegue isso. A gente vai conseguir, no máximo, 20 alunos. Tem unidades que eu vou conseguir 07 alunos, 05 alunos, 03 alunos por turma que a gente consiga fazer o trabalho. Como o nosso trabalho vai exigir um tempo desse profissional, do professor com esse aluno, então não dá para a gente fazer o atendimento, por exemplo, numa tarde, para 03, 04 turmas. Aqui em Porto Velho a gente consegue um atendimento maior. Nas demais unidades, o atendimento acaba sendo mais restrito, justamente por essa questão do espaço, da segurança, da conjuntura que se tem dentro das unidades prisionais. Então, nesses dois anos que a gente está à frente do trabalho, dentro da Secretaria, nós temos buscado acompanhar de perto, principalmente para identificar quais são as dificuldades que a gente tem e trazer para as Secretarias, que nós somos duas Secretarias, temos sentado bastante com a equipe da SEJUS também para a gente pensar na possibilidade da ampliação desse atendimento. Então, possibilidade há, de ampliação de atendimento, sim. Então, na última sexta-feira mesmo, nós tivemos uma reunião com a equipe de reinserção social da SEJUS para que a gente possa estar fazendo a ampliação, principalmente considerando que Porto Velho tem o maior número de unidades. Então, o que é que a gente consegue ampliar em Porto Velho. Porque se você olha, por exemplo, na Unidade 470, que é o Presídio Milton Soares, tem várias salas de aula, mas, a gente tem algumas limitações, inclusive de pessoal para que a gente possa de fato fazer uma ampliação dessa oferta. E aí, presídios como, por exemplo, o Aruana, que é um presídio que eu acho que tem um ano e meio, dois anos de funcionamento, inicialmente nós não tínhamos demanda, porque a maioria dos apenados

já tinha escolarização de nível médio, inclusive, alguns com nível superior. Já no segundo semestre do ano passado, nós já tivemos como fazer essa oferta, do 1º ao 4º ano e aplicação de exames de 5ª a 8ª e de Ensino Médio. Para este ano, já há, agora no primeiro semestre já houve uma demanda de atendimento para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Então, isso vai variando esse atendimento e as demandas vindas para a gente. Então assim, é possível que num segundo momento que nós estejamos aqui, a gente já traga um número maior do atendimento, justamente por conta dessa conjuntura, que é preciso a gente avaliar direitinho como é que a gente faz a ampliação da oferta educacional.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Obrigada. Quer fazer uma pergunta? Pode usar...

O SR. GILBERTO LEITE CAMPELO – Bom dia, bom dia Deputado. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Anderson. Eu, como Defensor Público, atualmente eu atuo no presídio, na Execução Penal da Comarca de Ji-Paraná e já atuei também nos presídios de Cerejeiras e Colorado do Oeste. E, de fato, essa questão da educação é uma das maiores reclamações dos reeducandos, principalmente nas Comarcas menores. De fato, a ausência de estrutura física é uma realidade. Não há salas, pelo menos nas unidades em que eu trabalhei, não existem salas de aula, todas elas são... Algumas salas administrativas improvisadas para aqueles alunos e, por exemplo, atualmente na Comarca de Ji-Paraná não há atendimento educacional para as mulheres presas. As mulheres presas não recebem qualquer tipo de atendimento educacional. Atualmente, nós temos 41 mulheres presas em Ji-Paraná, e elas não recebem esse atendimento. E assim, existe algum tipo de..., algo concreto, principalmente para as Comarcas do interior? Porque eu vejo, a senhora está falando os dados são dentro da Capital, existem salas de aula, existe, a maior parte dos atendimentos acredito que seja aqui na Capital, mas, e o interior, existe algo concreto sendo feito em parceria da SEDUC com a SEJUS para essa ampliação? Não seria nem ampliação, seria para uma estruturação inicial desse atendimento educacional para as pessoas presas? E assim, e outra pergunta que eu queria fazer também, a senhora também falou que não tem questão de pessoal, de profissionais. Existe algum tipo de ideia, por parte da SEDUC, de fazer algum concurso público específico para o atendimento, para contratação de professores com capacitação específica para o atendimento educacional? Porque eu acredito também que eles sejam remanejados do curso regular para o atendimento das pessoas presas e eu entendo também que essa pessoa que vai atender, que vai dar aula nos presídios teria que ter uma preparação diferenciada do professor que faz o atendimento regular. Então, seriam esses dois questionamentos: tem algo concreto, especificamente, em relação ao interior para essa estruturação da educação nos presídios e também essa questão de contratação, de realizar concurso público específico para contratação de professores.

A SRA. ÂNGELA AGUIAR – Está certo. Dr. Gilberto, em Ji-Paraná, de acordo com os dados que a gente tem aqui, a gente tem um número expressivo, nós temos lá 04 unidades. Das 04 unidades, a SEDUC faz o atendimento educacional apenas na Agenor Martins de Carvalho, é onde é feito o atendimento. E aí eu digo que são dos cursos presenciais, esse atendimento. O nosso Centro Educacional de Jovens e Adultos para cada uma dessas unidades aqui, juntamente com a equipe da SEJUS, o nosso Centro tem que fazer o mapeamento daqueles alunos,

dos nossos possíveis alunos para que nós possamos ou fazer a oferta educacional, que ela acaba estando condicionada à questão de pessoal, mas, também à questão de estrutura física, como o senhor bem conhece a realidade das unidades, em especial aqui de Ji-Paraná, mas, hoje nós temos o atendimento apenas na penitenciária, do presencial. Agora, a oferta dos exames, que é aqueles para fins de conclusão de curso, ela acaba acontecendo em todas as unidades. Inclusive, é feito um acerto SEJUS e SEDUC quando aquela unidade prisional não tem um espaço para acomodar de forma devida os alunos para fazerem aplicação, é feito um acerto para que sejam remanejados apenas no dia, a possibilidade de remanejamento para que eles possam fazer os exames. Nesse ínterim também é feito o apoio no sentido de orientar para a questão dos estudos. Então, assim, se vai fazer de conclusão do Ensino Fundamental, então algumas orientações também são prestadas a esses alunos. Mas o que é que acontece também? Algumas situações chegam para a gente depois, para que a gente possa verificar. Por exemplo, a situação que o senhor nos coloca. Não, lá no feminino tem 41, 42 mulheres que precisam do atendimento educacional. Então isso eu também preciso verificar se já foi feito algum tipo de levantamento, alguma possibilidade apontada para isso. Em relação à oferta de concurso, se a Seduc tem previsto o concurso, a gente não tem específico para o sistema prisional. Nós tivemos no ano de 2015, um emergencial com 40 profissionais para atender do 1º ao 4º ano. Nós havíamos recebido um recurso do governo federal um repasse direto. Nós contratamos 40 professores e foi à última contratação que nós fizemos. Essa foi exclusiva mesmo. Foi edital, tudo organizado para o atendimento no sistema prisional. E a gente não tem previsão, aqui a nossa equipe do RH pode me ajudar melhor nessa informação, mas, não temos específico para o atendimento nas unidades prisionais, com esse perfil para as unidades prisional, nós não temos.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Se puder falar no microfone, para ficar registrado, e falar o nome também.

A SRA. BENILCE MATOS – Bom dia! Eu sou Benilce Matos, sou responsável pelo GPASO, fazemos o provimento dentro da Seduc, a Secretaria abriu um concurso em 2016 e nós abrimos o concurso para atender todas as demandas que estavam abertas, todas as necessidades que estavam abertas e todas elas foram supridas.

Aquelas que o concurso não conseguiu suprir ou porque não houve candidato inscrito, ou porque não houve candidato aprovado, nós fizemos um processo seletivo ele está em fase final para professores e técnicos para atender todas as demandas abertas, nesse momento, nós podemos dizer que não tem nenhuma demanda aberta, nem para presídios, nem para as escolas, todas elas foram sanadas ou com concurso público ou com processo seletivo.

Nós finalmente conseguimos fazer isso e nós estamos fechando essas demandas com esses processos, é isso que a gente tem a dizer. Tem alguma pergunta, estou à disposição.

O SR. GILBERTO LEITE CAMPELO – Porque de fato, a senhora falou que a demanda foi toda preenchida, mas, a realidade é que não tem o atendimento completo nos presídios, em alguns ele inexistente. Ele inexistente. Então assim, até seria interessante que a SEDUC juntamente com a SEJUS buscasse informações mais concretas a respeito dessa necessidade dessa demanda específica para o presídio, porque ela de fato existe,

ela é uma realidade, quem trabalha na Execução Penal, como a Defensoria Pública e eu em especial eu estou lá todo o dia no presídio, afirmo que essa demanda existe sim e seria interessante, talvez, que a SEJUS e a SEDUC tivesse algum tipo de contato maior para verificar qual o quantitativo de professores que necessitam, talvez, como a Ângela falou aqui, não teria, em algumas, não dá para montar turma, não é isso? Então, talvez, não sei, por exemplo, em algumas Comarcas próximas como Colorado, Cerejeiras, unir as duas e montar uma turma maior, não sei, talvez, conversar e debater situações para concretizar, que na verdade essa demanda existe.

A SRA. BENILCE MATOS – O que eu quero dizer é o seguinte: não existe sala de aula aberta em que não haja professor.

O SR. GILBERTO LEITE CAMPELO – Teria que abrir a sala de aula então?

A SRA. BENILCE MATOS – É isso, é isso.

O SR. GILBERTO LEITE CAMPELO – Entendi. Entendi.

A SRA. BENILCE MATOS – Onde havia necessidade de professor nós conseguimos fazer o provimento. O que pode estar acontecendo, eu não sei, é de abrir novas salas, são novas demandas. As demandas abertas elas estão supridas.

O SR. GILBERTO LEITE CAMPELO – Entendi. Entendi.

A SRA. BENILCE MATOS – É isso.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Essa questão da educação no sistema prisional, ela é complexa porque envolve várias questões, é um ambiente diferente e é um ambiente que precisa, ele não foi preparado, alguns deles, alguns, não foi preparado para esse tipo de trabalho, claro, é muito importante, tem que ser feito e além de a gente ter a questão do Corpo Docente que tem que ser ampliado, nós temos o efetivo do sistema prisional também de segurança para esse trabalho e como a representante da SEDUC falou em relação à quantidade também de presos, porque não é uma escola convencional comum. Então, essa quantidade por questão de segurança muitas vezes tem que ser reduzida.

Daqui um pouco a Secretária Adjunta de Justiça vai falar a respeito, inclusive, eu até gostaria que ela falasse a respeito da forma de seleção desses alunos, como é que são escolhidos esses alunos, de que forma. Se leva em consideração a periculosidade dele, a quantidade de tempo que ele vai ficar preso, que tem que levar em consideração muitas vezes, depois eu gostaria que ela falasse, mas, aí existe toda essa questão problemática que tem que ser revista. Agora, pela quantidade, nós temos aí quase 12 mil presos, não sei se já passou, se diminuiu, mas, é um índice baixo, é um índice muito baixo e fui Diretor de Presídio e conversando com esses presos você vê que a grande maioria não estudou, ou não é alfabetizado ou fez o fundamental ali incompleto, a grande maioria deles, boa parte, e isso é uma forma de resgate, e até eu quero parabenizar o Governo do Estado, através da SEJUS, que eles alteraram, eu trabalhei no Ênio Pinheiro também e lá tinha a Escola do Ênio Pinheiro e o apenado saía com o certificado lá de Ensino Médio com o nome do presídio e ele era discriminado pela sociedade porque ele estudou no presídio, subentendia, que ele era um preso, e aí a sociedade como discrimina muito e é uma dificuldade de reintegração essa

discriminação, e, aí o indivíduo acaba voltando a praticar crime porque a sociedade discrimina por ele já ter sido um apenado.

Então, a Secretaria mudou o nome da escola já e isso com certeza, diminuiu essa discriminação, mudou para Escola Madeira-Mamoré, o nome da escola hoje, mas que antes levava o nome do presídio que era ruim para aquele indivíduo que saía com aquele certificado. Mas, alguma consideração?

O SR. GILBERTO LEITE CAMPELO – Uma coisa aqui também que quem trabalha com a Execução Penal percebe em relação à educação é a falta de estímulo ao preso, eu acho que além de montar estrutura educacional, contratação de professores; montar salas de aulas, eu acho que falta um pouco do Corpo Administrativo do próprio presídio de estimular o preso ao estudo, eu acho que falta, talvez, um profissional ali dentro, uma capacitação, não sei para os agentes penitenciários, para a parte administrativa que estimule o preso ao estudo, porque o estudo causa remissão de pena para os apenados com grandes penas, então ele vai reduzir pena por conta do estudo, remissão pela leitura, então o estímulo a leitura causa redução de pena, também gera redução de pena pela remissão. Então, é outro sentimento que eu, como Defensor Público tenho, que é a falta desse estímulo dentro do presídio, o estímulo ao estudo que, enfim, passa por toda essas dificuldades que o senhor falou, mais que gera, além de gerar essa redução de pena que eu falei pela remissão, gera ressocialização, reinserção, enfim, acho que era isso que eu queria contribuir para o debate. Obrigada.

A SRA. ÂNGELA AGUIAR – Em relação a essa..., eu sei que a nossa Secretária adjunta vai falar um pouco melhor sobre isso. Mas, assim, nós temos buscado as duas Secretarias; SEDUC e SEJUS, fazer um trabalho muito em parceria. Em muitas situações não é fácil, a gente sabe que não é fácil e muita das vezes você acaba precisando realmente compreender o lado do outro para que você possa fazer o seu trabalho. Então, nós temos feito e aí eu vou falar especificamente desse período que nós estamos à frente dos trabalhos na SEDUC e também para nós do Estado, também é uma, essa ampliação que na verdade, a implantação da educação do Sistema Prisional também é muito recente para nós e aí assim, você vai errando para tentar acertar. E eu acho que nós temos acertado muito mais do que errado nessa questão da oferta. Uma das coisas importantes para nós da educação, é que o nosso profissional, o nosso professor então, nós fazemos uma espécie de mapeamento dos espaços, para que a gente possa fazer a oferta educacional, claro que juntamente com a nossa equipe da SEJUS que tem sido uma equipe que tem apoiado muito. Então, quando a gente precisa estar nas unidades fora de Porto Velho, porque aqui nós temos a equipe da Escola Madeira-Mamoré, a equipe da SEJUS está conosco e nós colocamos geralmente o preto no branco, as coisas no papel para que a gente possa ampliar essa oferta. Então, naqueles espaços em que a gente vê, por exemplo, eu vou falar do presídio de Vilhena; quem conhece aqui o presídio de Vilhena sabe da realidade que eu estou falando. O nosso professor, ele fica mais encarcerado do que o aluno; então, assim, o professor fica na última sala, ele fica separado por grade, têm algumas situações que esse professor fica separado por grade, justamente por conta de toda uma conjuntura, uma situação de segurança para esse profissional e isso a gente não discute. Porque, nós da educação, a gente no início, a gente se assusta com isso: “mais porque grade?”. É um aluno. Aí, é só no dia a dia, nesses

espaços, com essa convivência é que você vai vendo aquilo que pode e aquilo que de fato não pode. Mas, nós temos investido na capacitação dos nossos profissionais, na questão, muito mais na questão pedagógica e temos trazido para esses momentos de formação também na medida do possível, esse ano a gente não fez capacitação coletiva dos professores aqui em Porto Velho, tem dois anos que a gente tem feito isso, por entender que é importante fazermos isso com os nossos profissionais, juntamente com a equipe da SEJUS. Então, a gente tem trazido representantes, tanto da Educação, das unidades prisionais quanto da própria SEJUS, o pessoal que faz a segurança, aquelas pessoas que tiram o aluno da cela para vir para a sala de aula, porque a gente sabe que também têm essas situações que a gente vivencia no dia a dia, porque o aluno está matriculado, o aluno tem que frequentar e muitas das vezes esse aluno não está frequentando, não está participando das atividades educacionais. Então, nós temos buscado cada vez mais essa aproximação, esse diálogo, isso tem surtido muitos efeitos para que a gente tenha oferta educacional dentro das unidades. Para nós, da Educação, a gente não está tratando do apenado, a gente está tratando do aluno, daquele que está cumprindo, a gente não quer saber qual é o artigo que ele está enquadrado, a gente quer saber do cumprimento da nossa parte, do nosso dever enquanto Estado, com oferta educacional. E nisso a gente tem buscado juntamente e a gente tem na equipe da SEJUS também, na equipe da ressocialização, reinserção social, nós temos uma equipe que tem também esse olhar, esse cuidado, que tem sentado conosco para fazer com que essa ampliação e aí lá na SEDUC, a gente senta com a nossa equipe, a gente vê a situação, vê as condições, como a professora Benilce disse, hoje nós não temos demanda para atender, porque essas situações têm que chegar até nós. Mas, muitas vezes a gente também tem provocado para que essas situações cheguem até nós. Então, quando essas situações nos chegam, agora é um semestre que possivelmente vai chegar muito menos situações para que a gente possa fazer a ampliação da nossa oferta. Geralmente é primeiro semestre mesmo, assim como em qualquer outro espaço educacional que a gente tem uma maior demanda. E aí, a gente ainda tem aqueles alunos que ao saírem da unidade, nós precisamos assegurar a oferta, seja num CEEJA, ou numa escola regular para esse aluno quando ele sai da unidade prisional. Então, a gente tem buscado fazer com que esse nosso aluno, não deixe de ter o atendimento, no entanto, nas unidades quem faz esse primeiro mapeamento Dr. Gilberto, para nós, é o Diretor da unidade prisional, é ele e aí a gente não vai entrar no mérito se o aluno pode, se o aluno não pode, se o aluno merece estar. Então, é feito a partir do levantamento sentado com a nossa equipe pedagógica, de cada um dos Centros Educacionais de EJA, para a gente poder viabilizar essa oferta educacional. Então, é assim que a gente faz sempre, a gente não tem como adentrar esses espaços, se a gente não tiver esse apoio e a SEJUS tem dado esse apoio nesse sentido para nós. Obrigada.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – A gente que agradece. Vou passar a palavra a senhora Sirlene, Secretária de Justiça, prefere falar aqui, mais um ponto interessante que a senhora tocou. Eu estive em Vilhena esse final de semana e constatei realmente que a sala de aula lá por questão de engenharia, ela foi construída depois da carceragem, então, o professor tem que ser levado pelo agente até lá a sala de aula, e ele vai ficar pode ter certeza, ele vai ficar de refém ali até ele terminar a aula dele, e aí, a gente esbarra em

outra dificuldade que eu sei que a SEDUC tem, é de encontrar profissionais que queiram esse desafio. Agora o que me chama atenção que nas minhas visitas, conversando com esses professores, eles fazem, e depois que eles vão lá para dentro, que eles conhecem o sistema prisional, eles não querem é sair de lá, eles gostam de estar fazendo e eles falam que os alunos do sistema prisional são diferentes do aluno convencional, porque o preso está ali e muitos deles estudam de fato, eles querem de fato um novo rumo, os que estão estudando, os que querem. Então, eles vêem isso como um desafio e eles acabam gostando. Mas, a maior parte dos profissionais que não conhecem, se ele for, se ele for lotado numa unidade prisional para essa finalidade até ele conhecer, ele vai ter resistência para ele ir por conta do ambiente, um ambiente de risco, um ambiente que ele trabalha praticamente ali de refém, um preso. E muitas vezes que alguns reclamaram para mim, é que é desse risco que eles correm porque a unidade muitas, algumas trabalham com pouco efetivo, a SEJUS muitas vezes tendo que complementar com hora extra esse efetivo para dá segurança para esses profissionais, mas, ainda assim é um risco, porque a maior parte das unidades a gente sabe, são superlotadas, e, aí é um risco de muitas situações que já ocorrem com os professores ali dentro que aconteceu e eles sem saber o que fazer, porque eles estavam trancados junto com os presos. Então, é um desafio muito grande, eu admiro esses profissionais que exercem esse trabalho. Quero muito que esse índice aumente de presos que estudam, de presos que através do ensino buscam a ressocialização para que a gente possa diminuir outro índice, que é o índice de retorno de reingresso ao sistema prisional, que é um índice muito ainda. Então, a Secretária Adjunta Sirlene está com a palavra.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Excelência, antes da palavra da Secretária, registrar a presença da Senhora Rosalina Trajano Diniz, Diretora do Departamento Técnico, representando o Conselho Municipal de Educação.

A SRA. SIRLENE BASTOS – Bom dia! Quero cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Anderson, e agradecer aqui a oportunidade de estarmos debatendo um tema tão importante para a gente dentro do sistema prisional. Vou começar aqui com números em relação a todo Estado, hoje nós temos 907 apenados matriculados, sendo que são 636 do interior e 271 na Capital. Em relação à universidade, uma parceria, não há o que se falar que a SEJUS fez, se não tiver a SEDUC presente porque quem faz educação é a Seduc, quem entende de educação é Seduc. Então, todos esses dados e todas as informações que eu vou apresentar aqui é estritamente parceria com a Seduc, e em relação ao ENEM, foram aprovados 13 na UNIR, 08 no Prouni, um total de 21 alunos, nós temos inúmeros desses reeducandos que estão estudando e que também trabalham dentro de órgãos públicos como a SEJUS, como a PGE, aonde nós temos alunos lá que fazem nível superior EAD, e fazem, aprendem até mesmo a fazer contratos dentro da própria PGE. Então, assim, nós temos avançado muito nesse sentido na questão de educação dentro das prisões, é óbvio que num universo de 53 unidades prisionais e a gente falando que a gente consegue apenas 29 ainda é muito pouco. Só que, nós temos algo diferente dos outros Estados, nós temos inúmeras unidades distribuídas em praticamente quase todos os municípios e que são puxadinhos das antigas delegacias, das antigas cadeias públicas. Então, agora já está saindo, mas, mesmo assim as unidades prisionais ou cadeias de detenção ou cadeia pública chamada no interior ainda permanecem com essas

unidades ainda mesmo que precárias. E aí realmente o Defensor Dr. Gilberto, ele tem razão, quando ele diz que essas unidades principalmente do interior não tem esses espaços. Para isso, como eu falei, nós já avançamos muito, nós já entregamos inúmeras unidades somente nesse governo, já entregamos inúmeras, somente esse ano serão 07, iniciando no ano passado com a entrega do 470, esse ano Alvorada, Machadinho do Oeste, Ariquemes, nós estamos também em construção de uma em Jaru, uma de 603 aqui e a unidade feminina lá na Amazonas. Então quando se fala realmente de educação e a professora Ângela, colocou muito bem, nós precisamos de estrutura física também, então assim essas unidades menores e que são os puxadinhos, realmente nós não temos esses espaços e não devemos nem convergir energias para ampliarmos esses espaços e sim construirmos novas unidades. Para isso o Estado através da Secretaria de Justiça, ela tem um estudo já em discussão com o TJ, Defensoria Pública e Ministério Público a respeito regionalização do sistema prisional. Por que isso? Porque quando eu tenho unidades pequenas eu preciso de toda uma estrutura de efetivo, desde direção, direção administrativa, diretor de segurança, quando eu regionalizo, eu trago maior efetivo para uma unidade, eu tenho estrutura física melhor e eu tenho os espaços melhores para dá as oportunidades para esse apenado. Então os estudos, e, o foco da Secretaria de Justiça hoje, está focado nessa regionalização, nós já iniciamos essa regionalização só que talvez não seja nem nesse Governo que a gente vá realmente estar vendo isso acontecer, por que é uma demanda muito grande de recursos para infraestrutura e nós sabemos que o percentual de todo o bolo do Estado, ele tem que ser dividido em todas as Secretarias. O Secretário George, ele costuma dizer para a gente: “Sirlene vocês querem todo o recurso de infraestrutura? Vou ter que tirar da SEDUC, da Educação, da Saúde, Sirlene?”. Mas nós estamos com essas obras em andamento e nós temos que realmente entregá-las. Então realmente a educação, ela passa principalmente por dois pontos, que é a infraestrutura que são os espaços adequados e recursos humanos, como disse bem o Deputado Anderson que tem um conhecimento muito grande na questão de Unidade prisional, não tem como se falar em educação se não tiver agente penitenciário suficiente para fazer todos os atendimentos durante o dia. Então assim passa também pelo quantitativo de efetivo. E aí a professora falou assim: nós atendemos todas as demandas e dentro do que os diretores estão apresentando. Nós vamos ter que avançar sim, professora, e o Deputado, Dr. Gilberto nós vamos ter que avançar e principalmente em Ji-Paraná que são 41 mulheres, eu acredito que nós tenhamos condições de verificarmos, professora Ângela, o que nós poderíamos estar fazendo neste momento em relação a esse público e em específico, mas de um modo geral nós temos que avançar ainda muito em todos os aspectos. Em relação a previsão de concurso público, o Deputado Anderson sabe que a SEJUS não tem nenhuma previsão de concurso público para o agente penitenciário, certo? Então assim, nesse sentido eu não teria o que falar, e sim em relação à infraestrutura e em relação a tudo isso é realmente muito difícil. E o tema, ele é muito complexo, certo? Nós temos também remissão nas unidades prisionais pela leitura aonde é feita a leitura do livro e é feita uma resenha desse livro e é analisado pelos nossos técnicos, pelos nossos professores e dá redução da pena, certo? Nós temos também a brinquedoteca na Casa de Detenção, ali tem uma brinquedoteca específica e tem espaço específico para isso, aonde são atendidas 188 pessoas, dentre elas são 36 filhos dos apenados dentro da

brinquedoteca, são atendidos por profissionais da educação também. Então o assunto é muito complexo, principalmente quando se fala assim que a educação é uma das oportunidades de reinserção social. E quando a gente fala de reinserção social, a gente acha uma palavra muito bonita: nossa, eu vou reinserir a pessoa numa sociedade. Mas não basta que a SEJUS envie esforços, que a SEDUC envie esforços, que o Deputado aqui faça Audiências, se a sociedade também não tiver essa sensibilidade, de realmente receber essas pessoas que realmente têm intenção de serem inseridas no seio da sociedade. Uma vez me perguntaram o seguinte: “Sirlene, você teria coragem de empregar então uma pessoa na sua casa como empregada doméstica, ela tendo passado pelo sistema prisional?”. E eu aí como a defensora da reinserção social, parei e pensei, eu falei: meu Deus do quê nós realmente estamos falando de reinserção social? Eu realmente teria coragem de colocar alguém na minha casa? Então é necessário que nós, sociedade, nos sensibilizemos também em relação a isso, por que não basta somente o apenado se dedicar a educação, nós conseguimos avançar nesse processo, se a sociedade também não vier junto. Eu estou à disposição para qualquer questionamento, senhores, muito obrigada pela participação, professora, Dr. Gilberto também e Deputado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Quero dentro do tema, o Defensor Público vai fazer uso da palavra, Dr. Gilberto.

O SR. GILBERTO LEITE CAMPELO – Deputado, o que eu tinha para contribuir já foi contemplado nas perguntas, então eu agradeço a voz dada aqui a Defensoria Pública.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Gostaria de passar a palavra ao Sr. Major PM Padilha, ele é Gerente de Logística da Secretaria de Segurança Defesa e Cidadania, a falar a respeito da segurança nas escolas em relação a qual o planejamento da Secretaria, em relação a combater esse tipo de crime e depois eu vou ouvir a Seduc, o representante aqui do Governo eu acredito que o Procurador para falar a respeito dessa questão da segurança patrimonial que foi retirada, acredito que por questão de economia, mas, o vigilante dentro da escola, ele não exerce só a segurança patrimonial, a gente sabe, ele exerce também muitas vezes a segurança propriamente dita daquela escola no que tange criminosos que entram lá dentro e fazem uso de entorpecente, brigas que acontecem dentro de escola muitas vezes e acabavam ali conseguindo conter e outras questões que muitas vezes acontecem dentro da escola e não tem mais aquela figura que acaba envolvendo vários aspectos. Então vou passar para o Major Padilha que vai está falando a respeito.

O SR. MAJOR PM PADILHA – Bom dia a todos. Deputado Anderson, Dr. Gilberto, Dr. Francisco, Sra. Ângela, servidora Sirlene, nossa Secretária-Adjunta lá da SEJUS, e o ilustre Professor Sidney aqui representando o Conselho Estadual de Educação, Senhores e Senhoras que aqui estão presentes, acolheram o chamado estão participando desta audiência pública para tratar de algo tão necessário, tão atual, tão recorrente porque não dizer assim. Pois bem, Deputado, a questão da segurança pública notadamente no cenário dos estabelecimentos de ensino, eu não me restringiria apenas à questão dos estabelecimentos estaduais, por que não também os municipais, ou porque não também os particulares? Porque independente de onde seja, qual a nomenclatura, a denominação que

eu diga, se é público ou privado, se é estadual ou municipal, quicá, inclusive, as instituições de ensino superior, lá nós temos buscando o conhecimento, uma profissionalização, uma capacitação, nós temos cidadãos e a segurança pública está vocacionada a promover, viabilizar condições para que o cidadão se sinta seguro, ele tenha a sensação de segurança, mas, de antemão, eu também quero alertar que segurança pública não é coisa única e exclusivamente de polícia, ou da Secretaria específica, ela tem como papel precípua promover segurança pública através de sua estrutura, de seus servidores, de seus órgãos, mas, a segurança pública é algo tão mais complexo e abrangente e talvez de certa maneira pudesse ser tão mais fácil fazer segurança pública, porque ela nasce dentro da nossa casa com a educação. Eu ouvindo aqui os discursos sobre a questão da educação do preso, mas, também de maneira muito mais ampla a questão do Estado social educador, a questão da família como célula-base de uma sociedade que hoje, infelizmente, está doente, a nossa sociedade está doente e as pessoas que lá na rua praticam os pequenos ou grandes delitos que não conseguem se ajustar a um ambiente de convívio harmônico, salutar, satisfatório, aceitável, elas tiveram uma deficiência inicial na sua casa, eu digo isso porque as crianças não nascem violentas ou criminosas, elas se transformam violentas e criminosas, as crianças serão os adultos de amanhã e, acreditem, estudos apontam que o ambiente onde mais se pratica violência é a casa, é onde a criança é criada e as pessoas que mais praticam isso são os pais, às vezes os irmãos, são as pessoas que convivem no ambiente familiar e que tenham a responsabilidade assim singular em relação a questão da preparação do futuro cidadão, daquele que vai interagir com cada um de nós no dia a dia. Então quando a gente vem falar de segurança pública, no tocante aos estabelecimentos de ensino, e contextualizando nesse particular do videomonitoramento ou da contratação de vigilantes para prover a segurança patrimonial por assim dizer, é fato que a gente não pode reduzir o discurso somente a esse cenário, porque é apenas uma das maneiras onde está desbordando o problema, então nós temos várias outras coisas. A segurança pública tem brigado, o Governo do Estado tem discutido o assunto, ele tem buscado maneiras mais efetivas de se levar uma condição mais segura para o entorno dos estabelecimentos de ensino públicos ou privados que seja, mas, principalmente os públicos e principalmente por uma questão de prioridade quando nós temos uma demanda exacerbadamente grande, a gente precisa estabelecer prioridades, porque nós temos recursos escassos e uma demanda crescente, volumosa, então é de se imaginar que a gente deve priorizar e direcionar uma maior atenção aonde existem maiores problemas. E diante de tudo quanto a gente tem buscado e analisado nós temos feito muito. Pode não ser o ideal, pode não ser o satisfatório, pode não ser o que muitos gostariam que fosse, mas, nós temos disponibilizado o policiamento dia e noite. Com as dificuldades que existem diante do cenário que temos, nós temos investigado, nós temos o nosso aparato estatal também vocacionado para elucidar os delitos ocorridos dentro e fora de estabelecimentos de ensino, inclusive, fatos ligados a presença da segurança patrimonial do vigilante, que muitas das vezes a situação no colégio já não está mais nem sendo puro e simplesmente para subtrair objetos, mas, está indo no colégio onde tem vigilante para pegar a arma do vigilante, como recentemente, e que felizmente não demorou muito localizarmos a arma fazendo mídia, divulgando em rede social o troféu da arma pega com o vigilante. Não demorou muito, conseguimos localizar, recuperar a arma e efetuar a prisão do agente.

Então é assim, Deputado, e, os ilustres que aqui se fazem presentes. Nós temos uma situação, realmente, difícil, porque ela demanda a participação de todos e cada um, seja do poder público, seja da iniciativa privada, seja na conotação no espaço e sob a responsabilidade de cada cidadão. Patrulha Escolar, ela atende parte da demanda, às vezes não como a gente gostaria que fosse, as escalas aumentam, os serviços não param, e às vezes nós não conseguimos atender a todas as escolas. O videomonitoramento, ele pode não impedir o problema, infelizmente nós sabemos desta realidade, mas, é uma importante arma para agregar valor a fiscalização. Vejam o papel que um videomonitoramento tem. Tem reportagem sobre a Expoac, o quanto inibiu em termo de ocorrência durante o evento com o videomonitoramento lá instalado. O Espaço Alternativo, eu imagino que todos lembram o período em que nós estivemos lá com uma proposta inicial para demonstrar à comunidade local a importância de ter o videomonitoramento do Espaço. De certo, como eu acabei de falar, ele pode ter não, necessariamente, evitar o problema, mas, ele inibe. Com certeza ele inibe. E ele permitirá meios de se chegar ao autor do delito, do fato, e viabilizar para que seja responsabilizado na forma da lei. Nós temos um efetivo que trabalha incansavelmente nas ruas das nossas cidades, atendendo ocorrências que não param. Não vamos contar segurança pública, eu peço, apenas pelas demandas reprimidas, apenas por aquelas situações que infelizmente não conseguiram ser atendidas a contento, por não haver disponibilidade de quem poderia estar a atender. Mas vamos atender a situação pelo que a gente produz diariamente, pela quantidade de pessoas conduzidas, de armas apreendidas, de situações que certamente deixaram de ocorrer pela presença do homem na rua, pelo risco de ser identificado e responsabilizado pela atuação da Polícia Judiciária, pela presença da câmera de videomonitoramento, por saber que há sim uma polícia e um aparelho estatal disposto a promover segurança pública. Vamos envolver a outros segmentos do poder público, porque segurança pública também se faz com iluminação pública, inibe. Com limpeza de terrenos vazios abandonados, e aí não é só de novo o poder público. E o dono do terreno? E o cidadão que não cuida? Que não cerca, que não mura, que não coloca portão? E que lá pode servir de espaço para homiziar agentes que podem praticar furtos, roubos, estupros e toda sorte de situações ofendendo a sociedade. E a limpeza e abertura de vias, e as condições que se não evitam, mas, dificultam para que o mal ali se estabeleça; as nossas praças, os espaços públicos, os espaços, as áreas de lazer. Então, Deputado, o planejamento operacional, principalmente eu falo isso, em termo de Polícia Militar nessa área, porque é o que de visual a população vê, e, muitas das vezes é o que primeiro ela percebe. Quem é que ela lembra dentro da estrutura de Segurança Pública? Do homem fardado ou da viatura caracterizada. Cadê ele? Onde está ele a me socorrer? Mas, Segurança Pública não é só disso, como eu falei. Então, nós temos um planejamento, nós buscamos uma melhoria, temos um concurso voltado à contratação para atender o Programa de Prestação Voluntária de Serviços Administrativos. Vai dá um reforço em relação às atividades de cunho administrativas, que são geridas no âmbito das nossas unidades, tanto Corpo de Bombeiros, mas, principalmente Polícia Militar. Vai dá uma maior capacidade para gerir os sistemas de videomonitoramento, não só da Capital, mas, também do interior, o concurso foi regionalizado. O número pode não ser tão grande, mas, serão 200 novas pessoas que estarão somando, além de, corroborar com a questão do social. São pessoas, na sua fase inicial, buscando uma atividade, uma ocupação, tendo, de certo, algum

retorno pecuniário para isso, algum auxílio para isso, mas, que se sentirão úteis em relação a promover algo de bom para a sociedade. Estarão desonerando aqui e acolá, servidores que poderão reforçar policiamento, patrulha escolar. Nós temos planejamentos para atender nas áreas principais da Capital e do interior, mas, sem prejuízo de ocorrências que estejam eventualmente em andamento, também. Mas, nós temos algo antigo, é algo que eventualmente volta aos holofotes e que a gente tenta, sim, buscar aperfeiçoar, buscar reforçar, buscar encorpar mais o tipo da atividade. Mas, não só patrulha escolar, nós temos o Proerd, nós temos aluno monitor, nós temos bombeiro mirim. Eu não precisaria de patrulha escolar nas unidades onde eu tenho policial trabalhando, a prevenção contra as drogas, porque ali tem um policial também, fazendo, desenvolvendo uma atividade social, buscando contribuir, sem ter que necessariamente estar numa viatura ou com arma na cintura, correndo atrás de bandido, no linguajar mais comum. Mas, nós estamos contribuindo com a segurança de outra maneira, nós temos sim, voltando ao foco videomonitoramento, mas, nós também queremos segurança patrimonial. Vamos dobrar meios, vamos agregar valor e vamos otimizar os recursos, otimizar com prioridades. Não está bom? Aonde é que a gente precisa melhorar? Nós estamos aqui para isso, para ouvir, para ouvir os anseios, ouvir sugestões para sentir como é que está sendo percebido pelos profissionais que atuam na educação, por pessoas ligadas ao segmento da sociedade também, ao Conselho de Educação. Temos muito para fazer? Temos. Somos conscientes de que temos muito ainda a caminhar, mas, precisamos caminhar cada vez mais de mãos dadas. Precisamos somar esforços. Não precisamos de panaceias, de fórmulas mirabolantes. A gente precisa, a cada instante, refletir, avaliar o que é que está bom; o que é que precisa melhorar. Temos concurso público em andamento. Temos. Mais 300 policiais militares, um pouco mais, um pouco menos, outros policiais civis. Isso, direta ou indiretamente, em curto, médio ou longo prazo terá um retorno satisfatório. Vai somar, vai agregar valor à questão da segurança pública. Repito, não é só policiamento, não é só Secretaria de Segurança, segurança pública é como eu falei, é muito mais abrangente. Ela precisa da participação de todos daqui da Assembleia também, através de produção legiferante, de algo que venha ao encontro, que venha ajudar as políticas públicas, que tenham, direta ou indiretamente, interferência na segurança pública, criação de fundo, destinação de valores, etc. Então nós temos uma gama de possibilidades, nós temos educação no trânsito, que também é feita nas escolas, não só na via pública, Operação Cavalos de Aço, Lei Seca. Mas a parte educacional do colégio, quando se está falando de segurança viária, é um segmento da segurança pública, do gênero segurança pública. E lá também está a se promover cidadania, lá também está a se promover um ambiente saudável, um ambiente mais apropriado ao convívio social, preparando crianças, que amanhã ou depois serão jovens adultos que vão interagir conosco no dia a dia. Então, é assim, em relação a essa questão da segurança pública, e nesse contexto que veio trazer aqui à pauta da Audiência, o Secretário Lioberto Caetano traz os cumprimentos, não pode estar presente por questões de compromissos previamente agendados, mas, ele deixa o recado que está, inclusive, totalmente com o apoio do Governo do Estado, ele está vocacionado a buscar soluções e querendo parcerias. E a gente tem trabalhado arduamente para isso, de manhã, de tarde e de noite. Se não está no patamar que a gente gostaria que estivesse, mas acredite, estamos buscando isso a cada dia. Aqui a gente veio

também ouvir, sentir o clima, quais são as principais agruras, as reclamações, o que é que cada um tem buscado, tem feito para contribuir com a nossa segurança, e dizer que nós estamos aqui para somar. E que fruto do que foi discutido aqui, vamos levar até a Secretaria, que certamente vai socializar o resultado desta Audiência, desta discussão, e vai discutir com os gestores de suas Corporações o que pode ser feito para melhorar, a partir desse cenário que aqui está se delineando e está se discutindo. É algo a mais, é algo a ajudar, é algo que vai trazer elementos de informação, elementos que vão se somar aos que a gente tem, para que a gente continue trilhando algo que venha melhorar a segurança pública, sim, para os estabelecimentos de ensino, mas, para a sociedade como um todo. Então a gente está atento ao que está se discutindo aqui e daqui nós, então, levaremos o resumo para o nosso Secretário e ele vai ter condição de discutir com os seus gestores. Agradeço a oportunidade, Deputado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Obrigado pelas palavras. Eu quero passar a palavra ao senhor Sebastião Leitão, representando o Conselho da Escola Estadual Carmela Dutra. Seu Sebastião. Vamos dar um tempo médio de 3 minutos.

O SR. SEBASTIÃO LEITÃO – Bom dia, Deputado. Em nome do Deputado eu cumprimento os outros participantes, o pessoal da SEDUC, meus amigos. Eu, popularmente sou conhecido como Sabiá, Sabiá do Carmela agora, e meu nome é Sebastião Leitão. Sou Assistente Social e trabalho na Escola Carmela Dutra há 11 anos. Mudei minha vida por causa da escola pública. Eu estou há 11 anos, com alguns projetos, meu mesmo. Já estive aqui algumas outras vezes, em Audiências Públicas, falando sobre violência nas escolas, e faz uns 05 anos que, da última vez que eu participei estava repleto de pessoas, achei que hoje também seria, teria bastante gente e não vi. É lamentável que as pessoas não estejam sabendo dessa discussão para que a gente possa realmente debater e chegar a um denominador favorável a todos. Em se tratando de escola pública, eu diria que se você quer conhecer a escola, passe 01 hora dentro da escola. Se você quiser amar a escola, passe 01 semana lá dentro, ou você vai amar ou vai odiá-la, por todas as coisas que você vai ver lá. Hoje, a escola, quando eu digo que mudei minha vida é porque sem educação ninguém chega a lugar nenhum. E a escola hoje precisa ser bem cuidada, a escola hoje precisa ser bem observada, porque a escola hoje é reflexo do que acontece no entorno. Hoje nós temos muitos problemas na escola, como o tráfico de drogas, nós temos meninos aliciados por traficantes que vão para dentro da escola, não para estudar, mas para vender drogas e aliciar outros menores. Particularmente, uma vez eu conversei com o Governador e falei sobre isso, e ele disse que estaria desenvolvendo alguns trabalhos para que isso pudesse mudar. Eu acho que melhorou, o governo tem feito muitas coisas em relação à educação. Nesses 11 anos, a falta de professores diminuiu muito, eu acho que o governo tem trabalhado, apesar de todas as dificuldades que o nosso País está passando. Quando foram tirados os vigilantes das escolas, eu estava no Fundeb, que fiscaliza o recurso básico da Educação. E eu lembro que, na época, quando falava em tirar os vigilantes da escola, eu fui contra. Eu fui contra porque eu acho que, de uma forma ou de outra, aquela pessoa que está ali, 24 horas nas escolas, ele faz aquela parte de segurança do patrimônio, fazia, não é? E o governo economizou R\$ 52 milhões, que era o que ele gastava por ano para manter os vigilantes em todas as escolas do Es-

tado. E em que mudou isso? Hoje nós temos muitas escolas roubadas, saqueadas, têm escolas aí que foram roubadas que não tem nem mais o que ser roubada de valor. E eu acho que as próprias pessoas que roubam, que furtam as escolas são pessoas de dentro da escola, são alunos, são pessoas que convivem na escola, então não adianta a gente querer dizer assim, que a escola vai melhorar se a gente não puder conhecer o entorno, e a gente não conhecer os nossos alunos. Eu sempre disse assim: olha, Sr. Governador, o senhor quer melhorar a educação? Vamos fazer da escola um hospital, porque todos os problemas dos nossos adolescentes quem descobre primeiro são as pessoas que estão dentro das escolas. Lá, hoje, a nossa escola não é segura mais para os nossos filhos, eu digo porque tenho filhos em escola pública, se os nossos filhos não forem bem educados em nossa casa, a gente tem que chamar reflexão à família, que esse é o problema maior da escola hoje é a falta da família na vida, no acompanhamento desse jovem, desse adolescente a escola virou um depósito para muitos pais que quando jogam o filho lá, acham que a escola tem que fazer tudo, mas assim, entre cuidar desses jovens hoje dentro da escola e mantê-lo lá no presídio mais tarde, seria mais viável, mais econômico que a gente pudesse investir dentro da escola para que a gente pudesse está tirando esses meninos da marginalidade. Eu fui jogador de futebol, jogador profissional e graças a Deus hoje eu sou o homem que eu sou porque eu tive bons pais e o futebol e o esporte me tirou de tudo isso que a gente está vendo no meio dos jovens hoje. E nós temos uma carência muito grande disso na nossa cidade, nós temos campos de futebol, aí eu vou sair só um pouquinho do assunto aqui, nós temos campos de futebol hoje que não praticam mais esporte, que viraram boca de fumo, praças onde a gente não pode mais nem caminhar porque os traficantes estão lá usando droga e a gente até sente o cheiro. Então, todas as coisas precisam ser, sabe, avaliada, porque o que acontece na escola hoje é fruto do que está lá fora, a escola é só um reflexo daquilo que está acontecendo. Então, para a gente discutir todas essas demandas, eu acho que segurança na escola tem que ter sim, não todas as escolas, o Carmela desde que teve essa mudança, a nossa escola é monitorada, tanto os alunos como a escola em si e nunca foi roubada. Nós temos essas outras Escolas, Branca de Neve, Castelo Branco, essas escolas do entorno aqui nenhuma foram assaltadas. Então o problema está lá, gente, e lá é onde a gente vê que as pessoas realmente, estão abandonadas pelo Poder Público, lá os nossos jovens não têm um campo de futebol decente, não tem um professor, nós temos políticas públicas para que esse jovem possa estar saindo dessa marginalidade. Então, é todo um contexto que precisa ser discutido, mas só que para ser discutido, semana passada eu vim para outra Audiência aqui, onde a gente viu o SINTERO debatendo seus interesses e algumas outras entidades falando de coisas que não fazia parte do contexto e nem deles. Então, assim, quem sabe mais o que está acontecendo na escola hoje que precisa melhorar, são os gestores e são os professores. São as pessoas que convivem lá, que estão lá no dia a dia vendo as situações. Eu lembro que fui à casa de um jovem uma vez, encontrei com ele no pátio da escola ele estava se tremendo, o braço dele estava tremendo, encontrei com ele e disse: “o que é que está havendo?”. Ele disse: “eu não sei, Sabiá, estou com a vista meio embaçada e não estou vendo, não estou enxergando muito bem e a minha mão não para de tremer”. Fui à direção conversei com o Sandro, com a Diretora, pedi autorização para ligar para a família, liguei para a mãe dele que estava no Hospital de Base trabalhando, uma

enfermeira, e aquela mãe disse que eu podia prestar um favor para ela levando ele lá. E aí eu falei com a direção coloquei no meu carro e levei lá. Sempre eu fiz isso por muitos alunos, muitas coisas que acontecem. Chegando lá fui conversar com essa mãe sobre qual seria o problema dele, se ele estava passando por alguma dificuldade, alguma coisa, ela disse para mim que a mãe dele havia falecido há um mês e que o pai dele estava preso. Então, são esses problemas que a gente precisa avaliar dentro da escola, que nós precisamos ter pessoas qualificadas e preparadas para lidar com essas situações de amparo a essas crianças que estão passando por muitas dificuldades e que muitas vezes não têm acompanhamento de família e que estão sendo aliciadas muitas vezes por traficantes e que estão se perdendo, e que estão aí, hoje a gente tem um índice altíssimo de jovens morrendo, sendo assassinados; a Secretária é sabedora disso que nós temos lá um grande número de jovens com menos de 25 anos que estão presos, encarcerados porque muitas vezes não tiveram esse acompanhamento dentro da escola. Então assim, R\$ 52 milhões de economia, mas, nós precisamos revê quais as escolas que realmente precisam dessa segurança e quais as escolas precisam realmente ter esse aparato dentro da escola para que ela possa se tornar um lugar melhor. Hoje, nós temos escolas que sinceramente viraram, assim, ponto de boca de fumo. Então, essa é a minha contribuição, eu espero que daqui saia alguma coisa, eu queria muito que a educação realmente fosse tratada da maneira que ela merece, porque não adianta colocar 300 policiais numa escola, não adianta colocar, se a gente não investir em educação, entendeu? E colocar isso como prioridade na vida desses adolescentes, e assim, mais um agravante, nós temos um índice de gravidez na adolescência, altíssimo, meninas de 12, 13 anos que chegam às escolas grávidas e que essas crianças que vão nascer nem pai elas têm. Tem pai porque foi feito de um relacionamento promíscuo e que esses jovens que estão crescendo vão cair no colo dos avós, que não têm condição nenhuma mais de lidar com os adolescentes e que realmente, essas crianças que estão nascendo é que vão dar trabalho mais para frente, porque a estrutura familiar hoje, ela realmente, deixa muito a desejar. Então é essa a minha contribuição, gostaria muito assim, Deputado, que fosse levado, saísse daqui. Eu sempre fui... O meu sonho seria que o Governo construísse um Centro de Apoio de Referência ao Aluno, que esse aluno fosse detectado o problema lá, já que não pode ter tantas pessoas dentro da escola para fazer esse trabalho, que eles fossem encaminhados, a gente sabe que tem os CRAS, tem tudo, mas eu queria que fosse especialmente para o aluno. A escola detectou o problema, entendeu, vai ser encaminhado lá para o Centro de Assistência ao Aluno lá, o pai e a mãe para passar por um Psicólogo; sabe, um Psiquiatra, enfim, vários problemas poderiam ser solucionados nesse local. Eu acho que o Governo Confúcio, ele tem feito um bom trabalho na educação, precisa melhorar? Precisa gente. Tudo nessa vida precisa melhorar e para melhorar alguma coisa a gente precisa sentar e discutir com as pessoas que estão envolvidas, com as pessoas que realmente sabem do problema porque se for só para debater para fazer política, igual eu vi na Audiência Pública da Militarização das Escolas isso aí não é viável, é perda de tempo.

Parabéns pela iniciativa e espero que as coisas possam ser melhores nas escolas, não o que está sendo hoje, mas que possa haver uma melhora, mas se a gente cuidar dos adolescentes a gente vai evitar muitos problemas mais para frente. Obrigado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Parabéns pelas palavras e confirma o seu conhecimento nas escolas confirma o que a gente vem falando aqui e vem debatendo aqui, eu como Presidente da Comissão de Educação venho colocando essas questões. Em relação a sua sugestão, eu coloco, até eu peço que coloque como sugestão de encaminhamento, muito interessante esse Centro de Apoio ao Aluno, outro dia eu fui visitar uma Escola Integral lá em Espigão d'Oeste, a escola já desse novo modelo da Medida Provisória aprovada no Congresso, o Governo do Estado já tem 10 escolas em Rondônia funcionando de forma integral, só que com algumas questões estruturais e humanas com déficit e um deles foi o que os professores..., eu reuni os professores e debati com eles em relação a essa assistência, porque o que o professor me falou: que agora como o aluno passa oito horas com eles, eles estão absorvendo todas as dificuldades sociais desse aluno, assédios, o que eles sofrem dentro da família, a falta da estrutura familiar, e o professor ele é um educador, ele não está preparado para receber essa carga, e tem professores que muitas vezes saem da escola, eu ouvi deles isso, deprimidos, porque eles não sabem lidar com aquilo e eu fiz, inclusive, uma Indicação para a SEDUC ainda, aqui nesta Casa, pedindo a presença de psicólogos nas escolas do nosso Estado. Sabemos que nós temos aí mais de 400 escolas, 52 municípios a estrutura é muito grande, fiz a sugestão, se não tem condições de ter um psicólogo em cada, colocar um agendamento, um grupo, o professor identificou um aluno com algum tipo de dificuldade que foge da questão educacional conseguir um agendamento com a SEDUC para aquele profissional psicólogo preparado para aquilo ir até aquela escola e fazer o trabalho. Mas, a sua sugestão de encaminhamento é muito interessante, nós vamos encaminhar, eu quero que conste em Ata esse Centro de Atendimento ao Aluno onde a Seduc e o Governo do Estado vai poder, até com menos efetivo do que ter um psicólogo em cada escola, ter um local de referência para fazer esses atendimentos, com certeza é muito importante, eu gostei muito do que o senhor falou, isso só confirma o que eu tenho colocado nesta Casa está no caminho certo e o que o senhor falou em relação é melhor a gente tratar eles agora para eles não irem lá para o presídio, também é o que eu tenho falado. Certa vez eu fui inaugurar um presídio, o Governador do Estado estava lá e o Governador falou que ele ganhou o Título do Governador que mais construiu presídio. Nós sabemos, eu tenho certeza disso que não era à vontade dele ganhar esse título, a vontade dele era construir mais escolas, estruturar mais escolas, mas, por conta de gestão e questão social desse País está sendo obrigado, não só ele, como outros Governadores também de ter que construir mais presídios, e, presídio e segurança pública é cara, Major, segurança pública ela não é barata, a educação ela é barata, agora, a segurança pública que vem do reflexo social, ela é cara, muito cara, envolve questão estrutural, envolve questão humana, envolve várias questões que acabam se tornado caro e construir presídios é muito mais caro ainda, são R\$ 10 milhões, são R\$ 8 milhões, não abaixa disso e Rondônia quanto mais construir presídios, você pode ter certeza que nós vamos lotar eles. Eu fui à Vilhena agora, e trabalhei em Vilhena em 2005, fui Diretor de Unidade lá, a nossa Unidade tinha trezentos e poucos presos, hoje nós temos a Unidade Cone Sul com trezentos e poucos presos e temos outra Unidade que é de provisório com quase 100 presos. Quer dizer, a população vem inchando, quanto mais construir presídio vai, pode ter certeza que vai lotar. Então, a solução não é construir presídio, a solução é a gente atacar lá na raiz

o que a gente já sabe, que é a questão social desse País e a educação pelas suas falhas que são constatadas, a gente sabe que ela recebe essa demanda e não consegue resolver, porque ela não está preparada para resolver.

Então, a sua sugestão é interessante eu quero passar a palavra ao Procurador do Estado, representando a Procuradoria o Dr. Francisco Aguiar fazendo suas colocações em seguida a Claudia Leite, que é gerente em Programas da SEDUC, para falar a respeito dessas escolas, a maioria delas são escolas em regiões periféricas onde a atuação do crime é muito forte. Um erro da questão da gestão compartilhada com a PM que chamam de militarização, foi não debater antes, foi não chamar os especialistas em educação, não chamar todos aqui nesta Casa aonde foi aprovada a Lei para discutir e colocar o Projeto em pratos limpos. O que eu discordei da Audiência, eu já disse, foi fazer sensacionalismo num Projeto muito bonito como é esse Projeto, fizeram sensacionalismo em cima, eu acho isso errado ou por ideologia ou não sei, ou por ser contra, mas, fizeram. Já tem modelos que deram certo, então, o Governo do Estado, fez algo que ele não está testando, ele já testou, deu certo, e o que a gente quer é incluir, essa é a questão, a gente quer incluir, não excluir. E aí desvirtuaram tudo, o senhor esteve aqui, o senhor ouviu isso a gente foi contra. Então, o Procurador do Estado, com a palavra.

O SR. FRANCISCO AGUIAR – Bom dia! Membros da Mesa, bom dia a todos que nos acompanham. Tendo em vista o andar da hora, eu vou ser bem breve nas colocações, principalmente respondendo ao que já foi levantado. Primeiro o posicionamento do Major Padilha, apenas a questão da segurança pública nas costas da polícia, realmente não é uma solução que vai trazer solução, não vamos avançar nesse sentido. No que se refere à contratação de vigilantes, primeiro nós temos que ver que a função dos vigilantes é meramente patrimonial, podendo eles, na verdade, devendo se recusar a essa questão de envolver-se em brigas, combate ao consumo de drogas, por mais que a presença deles possa ter um auxílio nesse sentido, eles não estão lá para isso. E também temos que ver que o número geral, apesar de alguns casos pontuais, não houve um aumento de ocorrências de roubos e furtos antes e depois do fim do contrato da vigilância presencial. No geral, num ponto de vista econômico isso tem sim, melhorado os investimentos da Seduc e permitindo uma economia do erário. Quanto aos casos, Deputado, em que o senhor referiu quanto que não haveria tido a reposição de materiais roubados, seria até interessante oficializar a Seduc, de quais escolas teriam essas para que possa ser verificado, porque no geral, pelo menos, o que é de meu conhecimento os casos de furtos, tem sim sido repostos, se houve algum caso, outro pontual que pode ocorrer tendo em vista a demora nas licitações, tem que ser revisto para que principalmente a educação não sofra. Seria interessante levar que essa solução pelo monitoramento eletrônico, não é uma invenção de Rondônia, outros Estados como o Amazonas, pode ser citado tem tido grande sucesso no uso do monitoramento, tanto para a economia do Estado, quanto para efetiva segurança das escolas. Estudamos recentemente, no semestre passado e estamos tentando trazer para Rondônia, a cópia do modelo que foi aplicado no Amazonas, teve grande sucesso e é realmente um caminho a ser seguido. Pronto, Deputado, eram essas as minhas considerações.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Passar para a senhora Cláudia Leite, que inclusive, ela já vai falar a respeito dessa reposição, a maior parte das escolas que eu

visitei que informou que alguns casos não foram repostos o que foi furtado, são escolas realmente em regiões periféricas, escolas algumas delas que já está, inclusive, entrando na gestão compartilhada com a Polícia Militar. Então, a senhora está com a palavra para falar a respeito.

A SRA. CLÁUDIA LEITE – Em nome do Deputado Anderson, cumprimento os demais presentes. Referente às reposições de materiais conforme nós estamos recebendo a demanda, à gerência administrativa, ela providência a questão da reposição dos itens. O que é preciso verificar, Deputado, é se os gestores escolares estão informando essa demanda porque é um processo também que não é muito rápido, se nós tivermos uma ata torna-se mais rápido para fazer a aquisição dos bens. A Secretaria já formalizou processos para aquisição do monitoramento eletrônico, sendo que de três processos formalizados, dois já foram suspensos pelo Tribunal de Contas e o terceiro processo seguindo todas as orientações do Tribunal de Contas, ele foi para a SUPEL, para licitação, só que a SUPEL não conseguiu licitar, porque é um procedimento muito delicado e é muito criterioso. Então, ela devolveu para a SEDUC, para alguns ajustes que posteriormente será encaminhado para a SUPEL para licitação. Só que paralelo a essa situação, nós estamos trabalhando com a liberação de recursos via PROAF adicional, e em março de 2017, nós tivemos uma suspensão pelo Tribunal de Justiça, por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade referente ao inciso VIII do artigo 8º da Lei, e em conversa com os Procuradores do Estado, eles foram ao Tribunal de Justiça, e, conseguiram liberar essa decisão a qual, eles autorizaram agora em agosto, meados de agosto, eles autorizaram o repasse do monitoramento. Então, nós temos hoje no setor 210 processos que atendem escolas da rede urbana e já estamos trabalhando porque nós estávamos sem orçamento, na quarta-feira, o orçamento foi liberado, então, desde quarta-feira, nós estamos trabalhando na liberação desses PROAF, recurso do PROAF adicional via monitoramento. Então, acredito que até sexta-feira, todos os processos que se encontram na Secretaria que solicitaram monitoramento eletrônico via PROAF, já estejam sendo repassado para os gestores escolares.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Inclusive eu estou colocando na Ata uma sugestão de encaminhamento no sentido da Seduc nos informar todos esses procedimentos que a gente encaminha para essas escolas que reclamou isso para a gente. A gente conhece, a administração pública ela tem seus trâmites legais que tem ser cumprido, tem todo o seu rito que o gestor não pode passar por cima, e às vezes as pessoas que estão lá na ponta, não entendem essa questão. Por isso é interessante a gente está informando os procedimentos, os encaminhamentos que estão dados, para tranquilizá-los e saber que vai ser repostos qualquer tipo de material que foi saqueado da escola. Outra sugestão de encaminhamento em relação à educação prisional é planejamento da Seduc com a Secretaria de Justiça em relação a ampliação do quadro de professores do corpo docente e também de servidores do sistema prisional, um planejamento para um novo concurso para que a gente possa atender uma massa maior da população carcerária com esse ensino e ter profissionais para exercer esse papel também. A gente sabe que a ampliação se esbarra em toda a questão humana, a gente tem certeza disso. Mais alguma questão para ser colocada? Alguma sugestão de encaminhamento, Defensor? Então a gente agradece a presença de todos, foi colocado na Ata ali, eles estão fechando, o Conselho tem algo a colocar? Então a gente vai

encaminhar essa Ata para a Seduc, para o Conselho, Secretaria de Justiça, Secretaria de Segurança. Eu agradeço a presença de todos; as colocações, com certeza vão contribuir para que a gente possa dar rumos melhores e debater projetos dentro desta Casa que tragam resultados na educação, tanto na educação prisional como também na educação dos nossos jovens e adolescentes que precisam serem protegidos pelo Estado. E nós temos as garantias constitucionais para isso, mas, para essas garantias constitucionais funcionarem têm que se existir projetos para combater isso. Então eu vou dar uma lida aqui nas sugestões para que seja de conhecimento de todos. Primeiro: que seja criado um Centro de Apoio ao aluno. Sugestão, eu gostei muito que o senhor colocou, e isso não é caro para o Governo do Estado, basta entrar com uma gestão estatal. Que todas as Unidades prisionais disponibilizem no projeto, locais para funcionar como Unidade prisional. Isso aqui eu quis dizer o seguinte, que antes de construir Unidade prisional no projeto de engenharia constar escolas, salas de aulas; alguns a gente já sabe que tem, o presídio Panda tem, outros presídios têm, mas alguns não têm, um exemplo de Vilhena que foi um presídio novo, já foi construído e inaugurado na gestão do Governador e houve essa falha de engenharia, de não prevê um local com segurança também para o profissional fazer o ensino educacional dentro dos presídios. Então já que é uma realidade hoje, isso há tempos era utopia, ter escolas dentro de unidades prisionais e hoje não, hoje é realidade. Então nós precisamos também planejar antes da construção, com engenheiros, e, nós sabemos também, a SEJUS, e eu trabalhando em Unidade Prisional que foi inaugurado e estava sendo construído próprio presídio Panda, e, a gente sabe que até engenheiros nessa área é uma área nova. Então muitas vezes tem engenheiro ele ouve o servidor que está ali, que tem

uma visão de segurança, mas, tem engenheiro que não, ele não ouve. Então tem essa dificuldade. Então para não ocorrerem essas falhas, que a Secretaria antes do projeto ficar pronto, de começar, inclusive construir; ter essa previsão de locais para ensino, para ressocialização, para trabalho dentro da estrutura criada, por que senão, vai se fazer o que a Secretaria falou, puxadinhos e esses puxadinhos com certeza não oferecem condições nem para ampliação e nem para segurança. Outra questão, é solicitar informações sobre os projetos, planejamento, isso aqui é outra sugestão, planejamento para ampliação do quadro de professores e também de agentes penitenciários, só para acrescentar nas Unidades prisionais. Que para ampliar a escola no ensino prisional tem que ter a figura também de quem faz a segurança dessa Unidade. Solicitar informações às Unidades; essa aqui é a questão das escolas furtadas, a gente vai encaminhar essa Ata para a SEDUC para nos informar, pode ser via, inclusive, Comissão de Educação, todo esse procedimento de reposição do que foi furto das escolas.

isso, se alguém tiver algo a sugerir? A gente agradece e vamos fazer o encerramento.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública, e convidamos todos para o coquetel. Peço desculpas não participar por que tenho uma audiência agora nesse momento, já estou até atrasado, mas, de qualquer maneira agradeço todas as autoridades que vieram com certeza com a preocupação de debater a educação prisional e a segurança das nossas unidades escolares.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 11 horas e 13 minutos).**

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO torna público aos interessados, que nos termos do art. 24, Inciso II combinado com o art. 23, II, “a”, da Lei nº 8.666/93, contratará por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** a empresa **J. M. P. INFOLETRO ELETRONICOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **08.845.527/0001-29**, objetivando a aquisição de 01 (um) kit motor automatizador, linha industrial, devidamente instalado no portão de entrada dos Deputados, para atender as necessidades desta Casa de Leis, conforme **Processo Administrativo nº 0012117/2017-63**, no valor total de **R\$ 2.600,00** (Dois mil e seiscentos reais). Publique-se!

Porto Velho/RO, 29 de agosto de 2016.

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL – ALE/RO

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 12031/2017-02**

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE** torna público que nos termos do Art. 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, contratará por dispensa de licitação as **CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A - CERON**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.914.650/0001-66, concessionária de serviço público, objetivando o fornecimento de energia elétrica para atender o prédio sede da ALE/RO e os imóveis objeto de locação, pelo período de 12 (doze) meses, no valor global estimado de R\$ 439.367,28 (Quatrocentos e trinta e nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte e oito centavos), conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 00012031/2017-02.

MILTON NEVES DE OLIVEIRA

Superintendente de Compras e Licitações – ALE/RO

Ratificamos a DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos dispostos no inciso XXII, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93.

Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho - RO, 29 de agosto de 2017.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral – ALE/RO